



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 072 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2004 EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS
49.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	PROJETOS DE LEI	15
ORDEM DO DIA	04	REQUERIMENTOS	16
PAUTA	04	INDICAÇÕES	16
ATA	04	OFÍCIOS	19

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.º Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.º Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.º Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem
5. Deputado César Pires
6. Deputado Francisco Gomes
7. Deputado Geovane Castro
8. Deputado João Evangelista
9. Deputado Joaquim Haickel
10. Deputado Manoel Ceará

11. Deputada Maura Jorge
12. Deputado Max Barros
13. Deputado Reginaldo Nunes
14. Deputado Pavão Filho
15. Deputado Rigo Teles
16. Deputado Rubens Pereira
17. Deputada Telma Pinheiro
18. Deputada Teresa Murad
19. Deputado Wilson Carvalho

Líder

Deputado Rubens Pereira

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar
Deputado Rigo Teles
Deputada Maura Jorge

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago
2. Deputado Alberto Franco
3. Deputado Antonio Pereira
4. Deputado Carlos Braide
5. Deputado Carlos Filho
6. Deputada Cristina Archer
7. Deputado Deusdedith Sampaio
8. Deputado Elgígio Almeida

9. Deputado Hélio Soares
10. Deputado Humberto Coutinho
11. Deputada Janice Braide
12. Deputado José Lima
13. Deputado Manoel Ribeiro
14. Deputado Paulo Neto
15. Deputada Socorro Waquim
16. Deputado Soliney Silva
17. Deputado Stênio Resende

Líder

Deputado Soliney Silva

Vice-Líderes

Deputado Stênio Rezende
Deputada Cristina Archer
Deputada Socorro Waquim

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra
2. Deputada Graça Paz - licenc.
3. Deputada Helena Barros Heluy
4. Deputado Julião Amin

5. Deputado Luiz Pedro
6. Deputado Mauro Bezerra
7. Deputado Rubem Brito
8. Deputado Fortunato Macedo

Líder

Deputado Luiz Pedro

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide
Deputado Soliney Silva
Deputado Pavão Filho

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Júlio Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Eligio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Eligio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.Titulares

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.Titulares

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.Titulares

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.Titulares

Deusedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.Titulares

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.Titulares

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.Titulares

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24/06/2004 - 5ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO ANTONIO CARLOS BACELAR

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE JUNHO DE 2004 – 5ª FEIRA**PROJETO DE LEI EM VOTAÇÃO
EM REDAÇÃO FINAL**

PROJETO DE LEI Nº 097/04 encaminhado pela Mensagem nº 053, que Dispõe sobre a reorganização administrativa do Estado, com alteração das Leis nºs. 7356, de 29 de dezembro de 1998, 7.734, de 19 de abril de 2002 e 7.844, de 31 de janeiro de 2003 e dá outras providências. – Oferecido parecer em Redação Final, em virtude da aprovação do projeto com emenda, pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. - Relatora: Deputada Teresa Murad.

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 24/06/2004 – 5º FEIRA:****ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 107/04, de autoria do Senhor Deputado Joaquim Haickel, que cria o Certificado de Responsabilidade Social, para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 108/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública, o Centro Criativo Pedagógico dos Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América, com sede e foro em São Luis-MA.

3. PROJETO DE LEI Nº 109/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de Utilidade Pública, o Centro Produtor de Piscicultura, Maricultura e Caprinocultura do Estado do Maranhão, com sede e foro em São Luis-MA.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 104/04, de autoria do Senhor Deputado Antonio C Bacelar, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chapadinha, com sede e foro em Chapadinha-MA.

2. PROJETO DE LEI Nº 105/04, de autoria do Senhor Deputado José Lima, que considera de Utilidade Pública, a Associação Cantanhedense, com sede e foro em São Luis-MA.

3. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/04, de autoria do Senhor Deputado Antonio Pereira, que cria a Região Metropolitana do Sudoeste maranhense e dá outras providências.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 101/04, de autoria do Senhor Deputado Alberto Franco, que dispõe sobre a proibição do vocábulo “analfabeto” em documentos expedidos por órgãos oficiais do Estado do Maranhão às pessoas não alfabetizadas.

2. PROJETO DE LEI Nº 102/04, de autoria da Senhora Deputada Teresa Murad, que dispõe sobre o acesso do público aos banheiros dos terminais rodoviários na forma que especifica.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 23 de junho de 2004

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em vinte e três do ano de dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Fortunato Macêdo.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Antônio Pereira, Camilo Figueiredo, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio, Domingos Dutra, Elígio Almeida, Fortunato Macêdo, Francisco Gomes, Geovane Castro, Helena Barros Heluy, Humberto Coutinho, Janice Braide, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Manoel Ribeiro, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pavão Filho, Reginaldo Nunes, Rigo Teles, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Rezende, Telma Pinheiro e Wilson Carvalho.

Ausentes: deputados Hélio Soares, José Lima, Maura Jorge, Rubem Brito e Teresa Murad.

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SENHOR PRESIDENTE (Carlos Alberto Milhomem) – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Concedo a palavra ao 2º Secretário para fazer a leitura do texto bíblico e da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SENHOR REGINALDO NUNES, servindo como 2º Secretário, procede a leitura do texto bíblico e da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SENHOR PRESIDENTE (Carlos Alberto Milhomem) Concedo a palavra ao 1º Secretário para fazer a leitura do expediente.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Fortunato Macedo, servindo como 2º Secretário, procede a leitura do expediente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Expediente lido à publicação. Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA – Senhor presidente, senhores deputados, galeria, imprensa. Ontem a tarde, na nossa residência senhor presidente, foi realizada uma reunião onde estavam presentes os deputados Luiz Pedro, Julião Amin, os vereadores Helena Castro, Pádua Nazareno, Júlio França, Dr. Assis Santos, Chico Poeta, Marília Mendonça, e a reunião teve por objetivo um apelo ao Dr. Jackson Lago para concorrer. Fizemos todas as ponderações e o Dr. Jackson Lago concordou com a nossa proposta desde que haja um

pedido do partido e o partido não vai pedir, o partido vai exigir que Jackson Lago dispute a Câmara Municipal de São Luís ao cargo de vereador. Por que esse nosso pedido? O PDT, deputado Aderson Lago, já cansou de ser escada para os outros, para os outros partidos, e eu relembro aqui e o deputado Evangelista acompanhou, a eleição de 2000. O PDT coligou-se com o PFL e com o PSD, e naquela época o PFL foi muito competente, centrou os seus votos deputado João Evangelista, em quatro candidatos que foram eles, Sebastião do Coroadado, este que está aí hoje respondendo processo, Sebastião Albuquerque, Abdon Murad e Albino Soeiro e elegeram os quatro, agora, deputado João Evangelista esses números são importantes, enquanto o PDT teve 65 mil votos mais 15 de legenda, 80 mil votos, o PFL e o PSD junto não chegaram a 50 mil votos, e elegeram 5 e o PDT apenas 3, quer dizer, o PDT fez escada para que os outros partidos coligados egessem 5 vereadores e nós apenas 3. E mais, os suplentes do primeiro ou décimo suplentes, todos, todos, todos do PDT, Júlio França, Chaguinha, Marcelo Bezerra, Marília Mendonça, Batista Botelho, Jota Pinto, Maria Lúcia Teles, todos, do primeiro ao décimo por aí é mais ou menos, os suplentes são do PDT, porque realmente os outros partidos que coligaram não contribuíram com votos, vieram apenas por votos dados que seriam do PDT. E por isso nós tomamos hoje essa posição. O teatro que o deputado Manoel Ribeiro vai escrever o seu partido não atingiria sequer legenda. O vereador Haroldo Filho obteve uma boa votação de sete mil, mas o seu partido PSD não atingiu a legenda, o quociente, teve dezessete mil votos. Os números estão aí, deputado Manoel Ribeiro, venha cá, venha dizer aqui e diga que o seu partido atingiu a legenda porque não atingiria, e por isso nós fizemos um apelo ao Dr. Jackson Lago e o partido vai reunir hoje e sexta-feira e exigir que Jackson Lago seja candidato a vereador. Muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Fortunado Macedo.

O SENHOR DEPUTADO FORTUNATO MACEDO – Senhor presidente, senhores deputados, senhores da galeria, companheiros, amigos da imprensa, quero aqui, primeiramente, fazer a minha saudação ao companheiro Ceará pelo retorno, muita satisfação Ceará que aqui a gente hoje lhe recebe de volta, você que é essa pessoa amiga, sempre bem, amigo de todos nós. E pedi a palavra apenas aqui para prestar a minha homenagem ao grande líder político que o Brasil perdeu, Leonel Brizola. Por tudo que ele foi, pela política com ética que ele sabia fazer, um dos raros políticos desse Brasil, pela forma leal como ele conduziu a sua defesa pelas suas instituições democráticas do nosso País. Quero deixar aqui a minha homenagem ao saudoso companheiro Leonel Brizola. E ainda aproveitando, falar dessa nossa viagem na vistoria das estradas do Maranhão; e dizer que as dificuldades são muitas, as estradas estão, como todos conhecem, mas aqui fazer um alerta sobretudo pra aquela região do Sul do Maranhão que transporta grãos, que transporta produção, além do estado péssimo pra que os caminhões, os carros trafeguem como todo já vem dizendo, aquela situação de Balsas deputado Stênio Rezende. Balsas hoje... senhor deputado Stênio Rezende, a situação de Balsas... e aí é uma alerta que a gente faz porque é uma responsabilidade de todos nós. Aquela safra, aquela produção está inviabilizada; todas as pessoas que nós tivemos contato ontem, eles alertam para essa situação, porque o buraco é generalizado e a gente precisa fazer alguma coisa. Há um comprometimento total do escoamento daquela produção. Portanto eu acho que é um dever da gente fazer esse alerta e dizer que essa responsabilidade é uma responsabilidade de todos nós, dos políticos, dos parlamentares, do Poder Executivo, dos empresários e de quem usa a estrada, que são os caminhões que usam cargas exageradas comprometendo o estado das estradas. Portanto que queria fazer este alerta e pedir, mais uma vez, encarecidamente a participação de todos nós para resolvermos aquele problema que é urgente. Muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa e galeria. Eu também quero desejar boas-vindas ao deputado Ceará lá da região do Mearim de Bacabal. Seja bem-vindo deputado Ceará. Mas senhor presidente, eu fui comunicado na cidade de Balsas, na segunda a noite, sobre a morte do ex-governador Leonel Brizola. Tentei várias vezes localizar o deputado Julião Amin, o deputado Luiz Pedro, o deputado Mauro Bezerra para transmitir meu voto de pesar pelo desaparecimento de uma das figuras mais importantes da história brasileira. O Brizola, com a sua morte, deixa um vazio, deixa uma saudade muito grande para a política brasileira. Mesmo nos momentos em que o Brizola criticava o Presidente Lula, mesmo nesses momentos nós admirávamos a sua história, o seu compromisso com o Brasil, a sua capacidade e a sua resistência. O ex-governador Brizola foi deputado estadual, foi prefeito de Porto Alegre, foi governador três vezes em dois estados, foi deputado federal e algo muito importante e eu gostaria de ressaltar aqui. No momento em que o país se debate com tanta corrupção com escândalo do Lalau, agora mais recentemente com os escândalos dos vampiros, a honestidade do governador Brizola é algo extremamente valioso para a nossa geração. O ex-governador apesar de ter exercido vários cargos, em nenhum momento foi acusado de prática de corrupção. Portanto eu quero aqui transmitir à bancada do PDT a nossa manifestação de pesar, a manifestação dos petistas do Maranhão pelo falecimento do ex-governador Brizola. Com certeza a política brasileira vai estar mais pobre com o desaparecimento dessa figura que durante 60 anos influenciou de forma marcante gerações e gerações. Portanto deputado Julião, quero que Vossa Excelência receba da militância do PT esse voto sincero de pesar pelo falecimento do ex-governador Brizola. O Brizola, na verdade, não era um militante do PDT; o Brizola era um militante do povo brasileiro das causas mais justas da população brasileira, que apesar das divergências que mantenho com o ex-prefeito Jackson Lago, eu quero também transmitir ao ex-prefeito Jackson Lago como uma das figuras que simbolizam o trabalho no Maranhão, quero transmitir a ele deputado Julião, através de Vossa pessoa também o meu voto de pesar pelo falecimento do ex-governador. Da mesma forma transmito ao deputado Neiva Moreira que é também uma figura emblemática, simbólica da resistência nesse país, no Maranhão do trabalho. Não sei mais talvez com o falecimento do ex-governador, talvez tenha levado o PDT a optar pela candidatura a vereador do ex-prefeito Jackson Lago. Quero dizer a Vossa Excelência que o PDT faz um acerto ao lançar o ex-prefeito Jackson Lago candidato a vereador. Nós vamos estar em palanques diferentes nesse primeiro turno mas eu quero transmitir aqui primeiramente esse voto de pesar à família Pedetista e também dizer a V.Exa. que o PDT ao lançar o ex-prefeito Jackson Lago, vereador da capital, está agindo de forma sábia e politicamente correta. Portanto senhor presidente, eu quero deixar aqui registrado a nossa tristeza pelo falecimento dessa figura ímpar da política brasileira, e desejamos que o povo brasileiro continue lutando para encontrar o caminho que é o caminho da paz, o caminho da justiça, o caminho da solidariedade. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da imprensa, galeria, funcionários e funcionárias da Casa. Venho a esta tribuna para também, na mesma forma como o meu companheiro Mauro Bezerra, destacar a reunião realizada ontem em que se fez um apelo ao ex-prefeito Jackson Lago presidente estadual do nosso partido e presidente do PDT Nacional, para que dispute nas eleições de 3 outubro uma cadeira de vereador à Câmara Municipal de São Luís. Esta visão que o PDT está tendo, é no sentido, primeiro, de que companheiro que vem exercendo o papel de liderança dentro do nosso partido e também da oposição do

Maranhão, garanta um mandato que permita com mais desenvoltura atuar na política do Estado; e ao mesmo tempo reforçar a chapa de companheiros de Pedetistas que vão disputar este ano as eleições para a Câmara Municipal. Nós consideramos de fundamental importância senhor presidente, que o partido hoje a noite que vai estar reunido, faça esse apelo a o ex-prefeito. A partir de ontem, desde ontem a noite nós temos recebido manifestações de companheiros que fizeram um acerto da medida que foi tomada, do apelo que foi feito e que, tenho certeza, vai dar um corte, vai ter uma forte consequência na campanha deste ano. A campanha majoritária, todos nós sabemos, o PDT vai baixar o companheiro Tadeu Palácio ou a companheira Sandra Torres como prefeito e vice-prefeito, candidatos a prefeitos e vice-prefeitos, e agora nós temos a nossa chapa reforçada pela presença do ex-prefeito Jackson Lago. Mas tenho a firme convicção de que as eleições deste ano ganham um forte componente, ganham um novo contorno com a presença de Jackson na chapa de vereador à Câmara Municipal de São Luís. E nós temos certeza que em uníssono e numa posição é de unanimidade, o partido hoje à noite vai referendar este apelo, vai dizer que quer o ex-prefeito Jackson Lago nessa disputa e que quer ver o PDT ainda mais reforçado na Câmara Municipal. Nós ouvimos aqui palavras do deputado Mauro Bezerra, ouvimos aqui as palavras também de protesto do deputado Manoel Ribeiro e nós temos certeza que naquele momento foi importante se fazer aquela coligação. O que se pode dizer a posteriori é uma análise apenas a posteriori, mas no momento em que se fez aquela coligação que se tinha certeza é que seria importante para reforçar a campanha de Jackson Lago à Prefeitura de São Luís. Nós temos certeza de que a medida em que se votou naquele momento tanto o PSD, o então PSD do deputado Manoel Ribeiro, como o PFL foi importante para que se chegasse ao resultado final da reeleição do Dr. Jackson. É claro que as análises demonstram que houve um número maior de vereadores do PFL e do PDT, mas a própria demonstração aqui que falou o deputado Mauro Bezerra de que os dez primeiros suplentes, os dez primeiros suplentes se eu não me engano, era do PDT, demonstram justamente, a vitalidade o números de quadros importantes que o partido tem; talvez tenha faltado a nós próprios do PDT uma estratégia mais adequada no sentido de levar aqueles que ficaram nas primeiras suplências a galgar uma cadeira na Legislativo Municipal. Mas eu entendo como é importante como o acertado aquela coligação que foi feita no ano de 2000. E o PDT agora está partindo só, o partido não vai coligação proporcional, vai sair com chapa pura, com a chapa só do Pedetista e nós temos certeza que para o momento essa também é a opção mais adequada. Senhor presidente, eram essas as palavras que eu queria dizer. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Francisco Gomes.

O SENHOR DEPUTADO FRANCISCO GOMES – Senhor presidente, caros senhores deputados, senhoras e senhores da galeria, senhoras e senhores da imprensa, nós ocupamos a tribuna e ao fazê-lo não poderíamos de deixar de fazer uma referência ao grande líder Leonel Brizola falecido há dois dias atrás e que deixou de luto todo o Brasil pelo seu exemplo de brasilidade, de civismo e de amor a nossa pátria. Mas senhor presidente, nós viemos aqui para fazer referência a Comissão Especial das Estradas em visita as estradas. Hoje eu ouvia em um noticiário na televisão, hoje cedo, o presidente da Comissão deputado Domingos Dutra, relatando a situação precária em que se encontram as nossas estradas, e destacou especialmente uma das mais danificadas as estradas da região da Baixada Maranhense. E nós queremos fazer um apelo senhor presidente, para que o Governo do Estado dê prioridade na recuperação daquelas estradas por ter sido, inclusive um compromisso do governador que tem um empenho especial pela Baixada Maranhense. Nós, senhor presidente, gostaríamos de lembrar que no final do ano passado já acompanhando o estado em que as estradas se transformavam, nós apresentamos aqui como nossa obrigação uma emenda ao projeto de orçamento, de lei orçamentária, alocando recursos para recuperação daquela estrada. Como fizemos

também para a construção dos diques de proteção da Baixada que foi uma promessa de campanha do governador José Reinaldo, e nós gostamos de estar lembrando aqui permanentemente esses compromissos que deverão ser realizados. Além também senhor presidente, colocamos recursos para a demarcatória dos campos da Baixada e enquanto isso não for feito os conflitos irão, cada vez mais, se acirrando naquela região. Agora mesmo os promotores de Justiça estão convocando e abrindo processos e convocando todos os criadores da Baixada com vistas a situação que se encontra a criação, principalmente de bubalino naquela região, e como nós não temos um amparo, uma legislação e como nós não temos ainda uma definição de quais são os campos naturais de domínio público, e quais são as propriedades efetivamente privadas ali naqueles campos, por falta dessa demarcatória que teve os seus efeitos suspensos, nós, eu chamo atenção de que nós estamos entrando para um período cada vez mais de conflito, de acirramento, de preocupações tanto de criadores como de toda a população da nossa Baixada Maranhense. Então são essas questões senhor presidente, que trazemos hoje aqui a esta tribuna, nós estamos já encerrando mais um semestre, a Assembléia deverá entrar de recesso no dia 30 e mais a metade do ano se vai e sem essas obras que nós reputamos prioritárias para a recuperação daquela região tão sofrida do Maranhão que é a região da Baixada Maranhense, possa se recuperar. É esse o nosso apelo que nós fazemos senhor presidente, para que essas prioridades da nossa região, sejam atendidas também com prioridade pelo Governo do Estado. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Manoel Ceará.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL CEARÁ – Senhor presidente, senhores da Mesa, senhores deputados e deputadas, senhores da galeria e senhores da imprensa. A minha vinda hoje de volta aqui com todos os meus amigos para mim foi um prazer e senhor presidente, eu quero também dizer que nós estamos na época de eleição, mas eu quero convidar a Comissão de Saúde para ir a Bacabal, fazer uma reflexão e fazer uma análise sobre os hospitais que fecharam em Bacabal, para saber dos dirigentes dos hospitais porque os hospitais fecharam e como deve funcionar. Em Bacabal a saúde não está boa, porque hoje existe só o Socorrão e o hospital Lauro e o Hospital Veloso como auxiliar do Socorrão. É isso que eu convido a Comissão de Saúde para que esses três hospitais voltem para funcionar em Bacabal para atender melhor a população de Bacabal. Eu quero comunicar também à Mesa Diretora e a todos os meus amigos que registre e peça para a imprensa que registre e a galeria que estão presentes, eu era, eu ia me candidatar a prefeito de Bacabal, mas fiz uma reunião com a oposição, conheci que eles não concordavam muito como cabeça de chapa e eu tomei uma decisão que deveria ficar na Assembléia Legislativa para trabalhar melhor pelo povo de Bacabal e digo a toda imprensa e aqueles deputados, resolvi a coligar com a dona Adalzija de Bacabal do PL que pra mim eu achei que era uma mãe de família para coligar ao PL em Bacabal. Era isso senhor presidente que eu tinha a dizer e muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado João Evangelista, declina. Deputado Manoel Ribeiro.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL RIBEIRO - Senhor presidente, senhores e senhoras deputados. Não era a nossa intenção vir a esta tribuna, mas eu vejo que nós fomos cometido há poucos instantes pelo deputado Mauro Bezerra, de uma maneira muito grosseira e indelicada, dizer que o PDT sempre foi escada dos outro e comparou nas últimas eleições o PFL e PSD, ora senhor presidente, isso aí é muita indelicadeza, é muita ingratidão. Será que o PDT foi escada deputado Dutra, quando V.Ex.a abanou a cadeira de deputado federal para ajudar Jackson a eleger a vice-prefeito de São Luís? Será que o deputado Roberto Rocha quando retirou a candidatura dele para

apoiar o Dr. Jackson Lago para ser o governador do Estado? E será que em 2000 quando nós fomos nos aliar, o PDT, o PSD e o PDT para eleger o doutor Jackson Lago e nós dizíamos, levantamos a bandeira, dizendo que ganharíamos a eleição no primeiro turno. Fomos escada dele? Não deputado, o deputado Luiz Pedro teve até bom senso que falou aqui nessa tribuna que nós ajudamos, mas Vossa Excelência chegar aqui com uma ingratidão dessa dizer que não ajudamos! Deputado, isso não é um papel que Vossa Excelência está mostrando, mas não são realidades. Vossa Excelência diz que o PSD não faria a legenda, que é isso deputado? Só o vereador Haroldo Ribeiro teve quase oito mil votos, certo. E os outros candidatos? Se bem que nós ainda não nos sacrificamos porque não lançamos todo o nosso quadro, lançamos no máximo cinco ou seis candidatos, para quê? Para que pudesse compor a grande chapa. Agora, o que faltou foi voto dos candidatos de Vossa Excelência, do partido, mas os outros que se elegeram tiveram mais, daqui a pouco Vossa Excelência vai dizer que ninguém tem voto aqui nesta Casa, só quem tem é Jackson Lago. Enéas está fazendo escola, mais assim como tem bons professores, tem maus alunos, cuidado para Jackson Lago não se eleger. Já pensou o vexame que ele vai passar aqui em São Luís, senhor presidente, ele candidatando-se a vereador e não se elegendo, deputado Dutra. Então eram essas as considerações que quero fazer, que foi de muito mau gosto o seu pronunciamento, dizer que nós nos aproveitamos do PDT em tal situação, quando o que fizemos, nem um agradecimento do Dr. Jackson Lago o PSB teve por nós termos o apoiado. Mas no entanto, quando foi fazer a coligação o deputado Julião foi um dos que veio me pedir... o senhor Tadeu Palácio que época era vice também foi me pedir, o Dr. Jackson Lago veio me pedir também que coligasse e ajudássemos e ajudamos, ajudamos com toda a nossa estrutura, participando de carreatas, participando de passeatas em bairros, enfim, suamos a camisa, e quando é agora o deputado veio numa manhã, numa feliz manhã para ele, dizer que o PDT serviu de escada pra nós. Deputado, V.Exa há de convir que equivocou-se quando fez o seu pronunciamento. Eu quero dizer a V. Exa. eu não quero que Vossa Excelência amanhã venha dizer que eu me elegi com escada do PDT, porque eu tive, eu se não me engano eu tive sozinho mas votos do que o PDT todinho, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputado Stênio Rezende.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa. Vários assuntos aqui hoje nesta tribuna me chamaram atenção senhor presidente, mas especialmente bem. Primeiro do nosso colega deputado Ceará, quando da sua grande humildade e no seu grande prestígio, na sua boa intenção em ajudar a cidade de Bacabal e aquela população, renunciou aos seus direitos e a sua idéia de disputar as eleições para prefeito no município de Bacabal em prol, da união de um grande grupo coordenado pelo nosso vice-governador Dr. Jura Filho e que tem a frente a possibilidade de na convenção indicar o nome de dona Talgir Lago para disputar ao cargo de prefeito da cidade de Bacabal. Quero dizer que com isso o ilustre deputado Ceará, ajuda a resgatar e a formar o maior grupo para que se possa disputar as eleições, eleições essas que com certeza esse grupo sairá vitorioso nas eleições de outubro. Em segundo lugar, senhor presidente, senhores deputados, gostaria de chamar a atenção para o assunto que o deputado Macedo trouxe a essa tribuna, que foi a questão das estradas do Sul do Maranhão que nos últimos dois dias uma Comissão coordenada pelo colega deputado Dutra visitou várias cidades da região de Balsas inclusive a cidade pólo da agricultura do Estado do Maranhão que é a minha querida cidade de Balsas. E viram “in loco” a situação das estradas, mas diga-se de passagem as estradas, principalmente federal, que é a BR-230, estrada essa que parte da cidade de Barão de Grajaú nossa querida cidade Barão de Grajaú deputada Helena Heluy, e que vai até a cidade de Estreito. Portanto, a BR-230 no trecho entre Carolina e Riachão praticamente não existe mais, é um buraco só, inclusive estão dizendo lá que é a estrada do buraco, é a estrada do buraco só e que chamam

inclusive de buraco do Governo Federal. Mas senhoras e senhores deputados, eu quero ser testemunho aqui do que tem feito o governador José Reinaldo Tavares para com a população agricultora do Sul do Maranhão. Eu sou o testemunho pois já participei de várias reuniões juntamente com todos os representantes, não só dos Poderes Executivos da região Sul mas também da classe produtora do sul do Estado do Maranhão, inclusive participei juntamente com o governador e a classe produtora de uma viagem ao Mato Grosso onde nós fomos ver a parceria que o Governo do Mato Grosso, Dr. Blairo Maggi, está fazendo com os agricultores do Mato Grosso para que o governador José pudesse trazer também essa parceria para o estado do Maranhão, e eu queria dizer aos deputados da Comissão que lá no sul o governador Dr. José Reinaldo Tavares, através da Gerência dos Cerrados desde a gestão do deputado Chico Coelho, foram feitas e estão sendo feitas várias estradas vicinais e estradas MAs para que pudesse os agricultores escoarem a sua produção. Hoje, como ouvi aqui o deputado Macedo, dizer que as estradas se encontram em péssimas condições, mas nós temos que levar em consideração que o asfalto feito no Maranhão são asfaltos que suportam, senhor presidente, uma estrutura de até vinte mil toneladas, mas as grandes carretas, carretas estas até com dois vagões, andam até com 40, 45 mil toneladas, portanto não tem asfalto que resista. Agora, as estradas como a estrada do Anel da Soja, a estrada que vai a Ribeiro Gonçalves do Piauí e muitas e muitas outras foram e estão sendo recuperadas pelo governador José Reinaldo Tavares através da Gerência dos Cerrados. Eram essas as minhas palavras, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Socorro Waquim.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa, galeria, serventúrios. Em 2000 o índice de desenvolvimento humano do município de Timon, senhor presidente, era 0,655 dados do PENUDE, e isso colocava o município de Timon na relação dos municípios com uma situação razoavelmente regular em relação aos demais municípios maranhenses. Mas em 2002 um estudo da UNICAMP que nós tivemos a curiosidade de fazê-lo, nos indicava como resultado já um índice mais desfavorável Rubens, em torno de 0,384 como índice do IDH, pra se chegar a esses índices evidentemente que se considera é o índice de pobreza, emprego, escolaridade, analfabetismo, moradia, enfim, todos os índices que indicam deputado Reginaldo Nunes, o índice de exclusão social de uma população e da cidadania de uma cidade. Portanto esses índices nos remete, esse trabalho nos diz que o Município de Timon hoje tem uma situação de exclusão social muito forte. Essa semana examinando o jornal O Estado do Maranhão e lendo a matéria: “Maranhão terá 1.000.000 para reduzir a mortalidade materna e neonatal”. Nós vimos num quadro onde o Município de Timon terá a atenção de um público alvo de 48.974 mulheres com recursos de 107.577 serão repassados pelo Governo Federal verba que atenderá esse programa de atenção a mortalidade materna e neonatal. E eu então me fazia uma pergunta, de como isso vai acontecer se o município de Timon não tem nenhum hospital naquela cidade a não ser o hospital, tem grandes centros regionais de saúde mas não tem nem um Hospital Materno Infantil a não ser o hospital do Estado Alarico Pacheco que é o hospital da criança e da mulher. E esses recursos serão repassados para a prefeitura de Timon para essa atenção de saúde. E eu também observava que dentro da área de saúde o município de Timon por transferência da União recebeu em 2002 9.984.1060,3 em 2003, 11.715.416.99 portanto, se nós fizermos uma comparação nós vamos ver um aumento no repasse dessas verbas para a saúde no município de Timon, que certamente melhorariam o índice de efetividade dos índices de saúde daquela cidade, mas infelizmente não é essa a realidade de Timon em termo da atenção e da efetividade da atenção a saúde. Diante de todas essas situações de saúde e que a população reclama e de outras situações é que nós então nos colocamos como política numa posição que precisa ser tomada naquela cidade, e essa posição é para

que no sábado dia 26 nós possamos fazer numa convenção o lançamento da nossa candidatura a prefeita daquela cidade, e aí eu uso essa tribuna senhor presidente no sentido de fazer um convite, um convite aos colegas deputados estaduais, um convite aos parlamentares dessa Casa, a imprensa para que possamos no sábado participar dessa convenção que nos indicará a candidata a prefeita a cidade de Timon, evidentemente que essa nossa posição agora é no sentido de poder sendo vitoriosa oferecer a cidade de Timon uma perspectiva de desenvolvimento que sobretudo tenha a inclusão social como meta central, porque o homem, o indivíduo é o fundamental é pra que todas as políticas públicas devem ser destinadas é pra, por ele que as administrações públicas devem colocar todo o seu dispor, toda a sua gestão e nessa perspectiva evidentemente é que eu faço esse convite nessa manhã de hoje e que me coloco à disposição da minha cidade, da minha gente pra dentro do espírito de justiça de lealdade e de integridade poder também ter oportunidade de administrar a nossa cidade e a nossa gente. Portanto Bacelar, você que é da região, deputado Humberto Coutinho, deputado Soliney que é também daquela região e deputado Rubens Pereira receba um convite mais direto, mais especial para que nós possamos estar no sábado fazendo essa grande festa democrática da convenção do PMDB e dos partidos coligados que lançarão o meu nome a candidata a prefeita daquela cidade. Eu gostaria de aqui também registrar que quando eu faço referência a este artigo do jornal e a minha reflexão aonde serão aplicados esses recursos eu faço no sentido da cidadania, porque se o Hospital Alarico Pacheco que é do Estado não passará por atenção desse recurso que vem do Governo Federal, eu me preocupo porque é um hospital que existe naquela cidade e que trabalha com a criança e adolescente. E eu faço mais se querer ofender, sem querer instigar, sem querer criar nenhuma dificuldade com nenhum companheiro desta Casa, isso em função de que também é matéria do Jornal Pequeno que me chama atenção do dia 21 de junho uma matéria onde na Agenda Política que diz o seguinte: Reprovada, aliás de uma tacada só na semana passada o TCE rejeitou as contas de 20 prefeitos entre ele, Aveni do Amapá, prefeito de Presidente Sarney e até de um administrador de Oposição, Chico Leitoa de Timon. Então, eu faço isso no sentido de que quando eu vejo liberação de recursos pra minha cidade e vejo as contas da minha cidade reprovadas isso me trás séria preocupação. Mas o que é fundamental senhor presidente, é deixar nessa manhã esse convite para a convenção de sábado do PMDB e os 11 partidos coligados que irão homologar o nosso nome para concorrer à administração daquela cidade, na minha perspectiva, no meu sonho, no meu objetivo fazer uma administração de paz e de prosperidade, muito obrigada.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Helena Heluy.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY - Senhor presidente, senhores deputado, deputadas, galeria, companheiros da imprensa. Venho aqui tão somente senhores deputados, trazer um apelo, um grito, uma comunicação dos companheiros de Chapadinha e demais municípios daquela região, companheiros do PT e companheiros representantes de outros partidos e organizações, sobre o que paira sobre o Hospital Regional Antônio Pontes de Aguiar que segundo documento que nos foi remetido é referência em todo Baixo Parnaíba pela qualidade dos serviços prestados, serviços estes geridos pelo Governo do Estado do Maranhão através de parceria com a Fundação Josué Montelo. Eu trago este fato, senhores deputados, porque entendo que esta Casa pode e deve discutir, analisar, debater tudo aquilo que constitui este grito e este apelo da gente de Chapadinha. Chamo a atenção, inclusive aos deputados que são da região que tem Chapadinha como centro administrativo. O que é que significa esta denúncia senhor presidente, senhores deputados? Recentemente a população de Chapadinha foi surpreendida com a informação de que a gestão do Hospital Regional Antônio Pontes de Aguiar será transferida, já no dia 01 de julho desse ano, para a administração municipal, gerando preocupação de que a transferência se faça no momento em que apenas se inicia o processo de municipalização plena, onde os hospitais geridos

pela administração municipal segundo avaliação e segundo o que está escrito neste documento, avaliação da própria população de Chapadinha, deixam sérias dúvidas quanto a capacidade do município em garantir o nível do atendimento hora prestado. E é diante desta situação, senhores deputados, que chega até nós este pedido de apoio quanto a possibilidade de que o referido processo de municipalização seja realizado de forma gradual e pactuada onde sejam ouvidos tantos os profissionais da área da saúde quanto as populações atingidas por esta mudança. Ao trazer, senhor presidente, este fato a esta Casa supus que ele pudesse ser do interesse de todos os deputados que fazem este parlamento; lamento que alguns não tenham tido a devida compreensão para que possamos numa discussão ampla, franca, até mesmo discussão partida por deputados que queiram justificar essa forma açodada, apressada de se transferir de logo sem ouvir a população, este hospital que é regional, é gerido pelo Governo do Estado, de logo, de imediato para o município, atingindo vários outros municípios que integram a referida região. Juntaram ao documento denúncia, alguns dados, esse hospital só de pronto atendimento de urgência e emergência este ano, atendeu no mês de janeiro 2.227 casos, fevereiro 2.494, mês de março 3.454, cirurgias feitas no próprio centro cirúrgico num total de 84 no mês de janeiro, 47 no mês de fevereiro e 76 no mês de março. Trago portanto senhor presidente, esta notícia, repito, este grito de vários representantes da sociedade, de médicos de Chapadinha que querem tão somente que esta Casa Legislativa, este Parlamento ao acolher esta denúncia possa fazer chegar aos setores competentes a possibilidade de ser sustada a transferência para o dia 1º de julho até que seja feito um amplo debate, uma ampla discussão com os setores médicos e com a população daquela região. Obrigada senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Aderson Lago.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. Eu quero em primeiro lugar me associar às preocupações da deputada Helena Heluy com relação a possível mudança que está sendo pretendida no Hospital Regional de Chapadinha. Há uma tentativa de cunho puramente político em transferir o Hospital de Chapadinha para o município, naturalmente já com a previsão de demissão de mais de 60% do seu quadro funcional o que certamente vai criar seríssimos problemas no atendimento de saúde não só de Chapadinha como da região. Mas teve aqui também a deputada Socorro Waquim que como todos nós sabemos é candidata a prefeita em Timon, e certamente na sua terceira ou quarta tentativa de chegar a Prefeitura vem a esta tribuna a guisa de fazer um convite à Casa, aos deputados para que compareçam a sua Convenção, traz aqui matéria do Jornal Estado do Maranhão, jornal oficial que apoia a sua candidatura, também do Jornal Pequeno noticiando o que comumente se vê todos os dias e inclui aí um parecer contrário a aprovação das contas do prefeito Chico Leitoa. Ora, pareceres são emitidos diariamente no Tribunal de Contas; às vezes são erros sanáveis, erros formais, a Prefeitura recorre e corrige, não é isso que desqualifica o administrador. Se a deputada Socorro Waquim se lembrasse, o seu marido também foi presidente da Câmara Municipal de Timon e também teve contas rejeitadas no Tribunal de Contas desse Estado, então isso não é crime nem pecado nenhum o que pode ser sanado, agora, a deputada reclama dos recursos que estão destinados a Prefeitura de Timon, ela não deseja que a população de Timon possa ter ao atendimento básico, porque esse não poder ir para o Estado. O Estado não transfere para a Prefeitura de Timon o Hospital Alarico Pacheco como quer fazer em Chapadinha. Quem dá socorro e quem atende a urgência em Timon é a Prefeitura Municipal não é o Hospital Alarico Pacheco. Então, a deputada Socorro Waquim esquece também de dizer que é candidata com apoio declarado do governo e do governador porque isso já foi dito, inclusive foi entrevista do governador que há dois municípios onde ele vai entrar na eleição, é Imperatriz e Timon. E ela já anunciou em Timon que conseguiu, que conseguiu cerca de mil vagas para o Vestibular da Cidadania. Vestibular da Cidadania é uma enganação que o governo faz com aqueles

que pretendem fazer o vestibular para uma faculdade e o governo já tem o segundo grau concluído e através, mais ou menos a mesma coisa do tele-ensino, o governo dar um curso de 6 meses a um curso de cinquenta reais a unidade. Então são cinquenta mil reais que o Governo já está injetando mensalmente na campanha da deputada Socorro Waquim com estas mil vagas que ela vai escolher a dedo quem vai preencher; é assim que o Governo está fazendo em Timon e é por isso que é fácil, e muitos imaginam, que podem chegar a Prefeitura desse jeito. Não vai chegar não. Já é a terceira vez que a deputada Socorro Waquim tenta ser prefeita de Timon; a última vez na eleição passada, ela pegou a maior lavagem que houve no Maranhão inteiro, foi a maior diferença que houve no Maranhão em termos proporcionais foi em Timon, mais de 21000 votos de diferença e com esse tipo de política, deputada Socorro Waquim, a senhora não vai conseguir chegar a Prefeitura de Timon, vai ter que se modernizar, vai ter que fazer uma política, não essa política de fazer com o dinheiro do Governo levando favor, trocando favor pelo voto. Não é a vaga do Vestibular da Cidadania que vai dar a Vossa Excelência os votos necessários para chegar a Prefeitura de Timon. É preciso que a senhora apresente muito mais, eu acho que a senhora lutou para ser deputada estadual para conseguir chegar a Prefeitura de Timon. Não é a estrada melhor com toda certeza. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Ordem do Dia. Nos termos do Artigo 74, parágrafo único do Regimento Interno, convoco uma Sessão Extraordinária para hoje às dezoito horas para votarmos a matéria de interesse do Governo. Requerimento 143... existe uma Resolução votada por esta Casa que só poderá ser votada a matéria de interesse do Governo depois de vir aqui o Gerente de Estado, a não ser que se derrube aquela Resolução. A sessão está mantida às dezoito horas. Está se resolvendo as coisas da melhor maneira que se pode resolver. Requerimento 143. Atenção dos senhores deputados. (lê). Em discussão. Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Eu pediria a atenção especial desta Casa para esse requerimento. Esta Casa aprovou por unanimidade o requerimento de minha autoria, para fazer um levantamento da situação das rodovias federais e estaduais no Maranhão. Esta comissão tem feito um trabalho tem feito gigantesco, nós já percorremos quase 5000 km, nesse percurso deputado César Pires, nós temos levantado a esperança da população maranhense, apesar das dificuldades, do tempo curto, nós temos reunido os prefeitos, os vereadores, padres, pastores, juizes e até bispo como Dom Marcelino, que foi pra a reunião na Cidade de Carolina, na segunda-feira. Nós fizemos o último percurso das vistorias, segunda-feira e terça, eu e o deputado Fortunato Macedo, deputado Antônio Pereira, deputado Hélio Soares, deputado Rigo Teles cumprimos uma maratona de quase 1000 km O deputado Antônio Pereira, mesmo sem ser membro da Comissão, com problemas de saúde deu uma contribuição inestimável na região, inclusive cedendo o seu transporte que ajudou a deslocar a Comissão até ontem, até hoje que chegamos aqui em São Luís. Quando da votação do requerimento, eu apresentei aqui dois requerimentos. Primeiro, Requerimento da constituição da Comissão que foi aprovado, e na mesma sessão do dia 27, eu fiz um requerimento de convocação do Dr. Dominice aqui para o plenário. Depois de um debate acolhemos sugestão do deputado Manoel Ribeiro, acolhemos sugestão do deputado Soliney que é líder do bloco, do deputado Rubens Pereira, do deputado Aderson Lago e do deputado Max Barros, nós retiramos o nosso requerimento para depois dos trabalhos de vistoria, se convocar aqui o Gerente de Infra-estrutura. Nós encaminhamos senhor presidente, deputado João Evangelista que é Líder do Governo, nós encaminhamos no dia 16 de janeiro um convite ao doutor Dominice, um convite para ele vim à Comissão; doutor Dominice respondeu, que não poderia vir porque havia uma agenda paralela. Nós encaminhamos um outro deputado Soliney, nós encaminhamos um outro convite, no dia 03 de junho para que o doutor João Evangelista, viesse à esta

Comissão prestar informações, o Gerente nos informou novamente que não poderia vir porque tinha uma agenda. E eu aqui senhor presidente, eu quero fazer um apelo a este plenário; a Comissão precisa das informações do doutor Dominice. Os trabalhos da comissão serão prejudicados se a comissão não tiver as informações que nós precisamos. Esta comissão, que é de 7 deputados já teve a contribuição de mais 13 deputados. O deputado Soliney contribuiu, deputado Antônio Pereira, deputado Chico Gomes, deputada Helena Heluy, deputada Telma Pinheiro, deputada Socorro Waquim, deputada Maura Jorge, deputada Cristina Archer, portanto, mais da metade do plenário da comissão tem contribuído para os trabalhos da comissão. A não vinda do Gerente à comissão representa um prejuízo para esta Casa, esse poder não pode continuar um trabalho, gastando dinheiro, que temos gasto recursos públicos, a população do Maranhão está esperançosa. Nós reunimos Gerentes; gerentes da região de Turi, Gerente de Pinheiro, Gerente de Santa Inês, Gerente de Chapadina. E ontem senhor presidente, o Gerente Haroldo Leda saiu daqui para ir nos receber em Barra do Corda. Então deputado João Evangelista, essas informações são imprescindíveis para que a comissão possa concluir os seus trabalhos. O meu requerimento inicial era de convocação para o plenário, eu estou recuando, estou querendo que o gerente vá prestar informações na comissão, e aqui eu queria pedir ao deputado Soliney, ao deputado Rubens Pereira, nós fizemos um acordo em plenário, está aqui o deputado Soliney ao fazer um aparte diz assim: então, eu quero aqui dar a minha palavra como Líder do Bloco Parlamentar Progressista, que a gente analisando esta comissão formulada por V.Ex.^a, nós iremos votar favoravelmente depois das visitas. O deputado Manoel Ribeiro fez uma parte e fez a mesma sugestão. E, nós humildemente preocupados com a situação das estradas, nós recuamos, retiramos o requerimento, estamos recuando outra vez, não queremos convocar o gerente para vir aqui, nós queremos convocar o Gerente para ir na Comissão Especial. Agora deputado Soliney, deputado Aderson, deputado presidente, se nós não tivermos as informações dos gerentes, nós vamos fazer um relatório deficiente, um relatório incompleto, e nós vamos frustrar mais de quarenta prefeitos que já se reuniu conosco, frustrar cinco gerentes que tem reunido, nós vamos frustrar os apelos de bispos, de padres, de vereadores, de prefeitos que não são base de Dutra. Então, eu queria fazer um apelo, que essa comissão que tem gerado expectativas, que não seja desmoralizada simplesmente porque o gerente não quer dar informações, nós não queremos botar gerente na parede, nós queremos apenas que o gerente possa prestar as informações que são fundamentais para o relatório.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Concedo o aparte a V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA – Deputado Domingos Dutra, quando V.Exa. apresentou aquele Requerimento de Indicação. Eu assumi o compromisso como Líder do Bloco, deputado Rubens Pereira assumiu o compromisso como Líder do Bloco e nós ainda estamos neste compromisso esperando o fim do relatório, chamar Dr. Dominice pra dar as explicações que a comissão espera. Então, eu faço aqui uma Emenda verbal ao seu requerimento, ao invés de convocação, faça um convite que nós iremos aprovar aqui na nossa Bancada. Não é motivo de convocação, até porque o requerimento da comissão ainda não finalizou, e nós assumimos o compromisso de trazer Dr. Dominice aqui no dia que for acertado aqui com a Mesa. Então, eu faço uma Emenda ao seu requerimento ao invés de ser convocação, que seja convite e nós iremos sugerir a nossa Bancada que vote favorável ao seu requerimento, se V.Exa. não acatar nosso pedido, nós iremos encaminhar o voto contra a convocação.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Deputado Soliney, em primeiro lugar eu queria dizer a V.Exa., que não há sentido

convocar os gerentes depois do relatório, as informações dos gerentes são fundamentais para ir para o relatório, então não há sentido convocar os gerentes depois do relatório. Agora, eu lamento profundamente deputado Soliney, no parlamento a gente faz acordo e quando se faz acordo, acordo é lei, eu retirei o requerimento por que V.Exa., o deputado Rubens Pereira se comprometeram, que depois das vistorias a gente convocaria o gerente, para que a gente pudesse se fundamentar o relatório. Deputado Soliney, pra mim não diferença se é convite ou convocação, o que eu quero é que o gerente venha aqui, eu já mandei dois convites ao gerente. Agora se V. Exa., se esse plenário, se a Mesa, aqui está o Gerente de articulação política, se acertarem aqui, se V.Ex.^a pedir um aparte e dizer, que o gerente vem aqui por acordo aqui desse plenário, independente se é palavra 'convite' ou 'convocação', o que nós queremos é informações, esse relatório não é pra comissão, esse relatório é para o Poder Legislativo, é para o Maranhão, nós não queremos outra coisa que não seja contribuir para tirar o Maranhão dessa situação vergonhosa de não ter estrada. Então, V.Ex.^a. se for convite, não tem problema, eu só quero que o gerente venha, nós temos só até o dia 06 para concluir os trabalhos, as pessoas estão desesperadas pedindo contribuição da Comissão. Então, eu quero que o gerente venha, se V.Exa está assumindo e se for por palavra do articulador político do governo de que o gerente venha aqui, par a mim é irrelevante se é convocação ou convite, e eu estou pondo convocação por que essa Casa aprovou na semana passada a convocação de três gerentes para vir hoje à tarde. Portanto, eu não vejo irrelevância.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA (aparte) – Eu faço novamente um apelo para V.Exa por bom senso, que acate o meu pedido e ao invés de convocação faça um convite ao gerente ao Dr. Dominici e nós iremos votar e com certeza e Dr. Dominici vem para a comissão.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Senhor presidente, em função de mais um acordo e como nós queremos mesmo é que a Comissão conclua os seus trabalhos, eu faço uma emenda ao invés de convocação que seja convite com a garantia de que as lideranças vão convencer o convidado a vir aqui para ajudar nos trabalhos da Comissão.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Me permite um aparte deputado Dutra?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pois não deputado.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (aparte) – Deputado Dutra, eu acho que esta Casa não pode abrir mão na sua prerrogativa, isso é constitucional, negócio de convocação, pode ser um convite, que convite? Se a Casa entende que tem que convocar que convoque, se quiser que rejeitem. Agora, a Casa se ajoelhar, se humilhar, quer dizer, o quê que pega mal para o um gerente vir a esta Casa convocado? Todo dia Ministro é convocado no Senado, na Câmara e isso nunca fez com que ninguém fosse demitido ou que desabonasse a conduta de ninguém. Acho que essa Casa não pode abrir mão de uma prerrogativa sua.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA – Deputado Dutra?

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA (aparte) – Eu quero lembrar a V.Exa. que V.Exa. citou o deputado Rubens Pereira que participou do acordo do último convite que foi feito, deputado Rubens Pereira não estava na sessão, foi uma convocação de segunda-feira, um convite de segunda-feira na semana passada, eu não estava presente, agora, hoje estando presente eu acato a sugestão do deputado Soliney,

se V.Exa. mudar os termos de convocação para convite, nós com certeza iremos aprovar aqui nessa manhã de hoje deputado.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Senhor presidente, eu acatando aqui a sugestão inclusive do membro da Comissão, eu gostaria de fazer com todo respeito ao deputado Aderson e eu incorporo a sua indignação, mas em mais um sinal de responsabilidade, nós queremos substituir a palavra por convite e aí nós vamos esperar aqui que o gerente venha porque se não vier, aí é questão de responsabilidade. Nós queremos a conclusão desses trabalhos, nós estamos gastando dinheiro publico e nós não queremos deixar esse trabalho perdido, decepcionando a população maranhense que está padecendo por falta de estrada inclusive por irresponsabilidade que todo mundo sabe de quem é! Em todo caso eu quero senhor presidente, substituir a palavra convocação por convite. Senhor Presidente, portanto eu agradeço a tolerância.

O SENHOR PRESIDENTE – Em votação. Com a emenda apresentada pelos líderes do BPD e do BPP. Os deputados que concordarem em votar o requerimento n.º 143/04 com a modificação proposta pelos líderes e pelo presidente da Comissão de Estradas permaneçam como estão, os que discordarem levantem-se. Aprovado por maioria de votos. Requerimento n.º 144/04 (lê). Em votação, em discussão. Os deputado que concordarem permaneçam como estão. Na Sessão Extraordinária de hoje às 18 h, o Projeto de Lei n.º 057/04 de autoria do deputado Domingos Dutra. Grande Expediente, deputado César Pires.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES – Que Deus abençoe todos nós. Senhor presidente, senhores da Mesa, senhores deputados estaduais aqui presentes, senhores da imprensa, da galeria e senhores servidores. Quando fiz a minha campanha política, utilizei como slogan, como sustentáculo de minhas propostas o slogan, uma frase incluindo o Maranhão pelo conhecimento. Aquilo senhor presidente, eu procurei buscar na história do tempo chegar na contemporânea idade e projetar o futuro e não encontrei outro caminho que pudesse dá a inclusão social ou a melhoria de qualquer IDH que não fosse sustentado na educação. Trezentos ou três mil anos antes de cristo, durante cristo e pós cristo, era tudo isso e fiz isso por entender que educação é o de longe o maior sustentáculo de inclusão social, só ela pode reverter a fome, a miséria e a desigualdade social, não há outro caminho que possa ser para isso e fiz isso e entendo também hoje que não há melhoria de IDH em nenhum momento que educação não possa está presente, até porque, a educação, saúde, emprego e renda são sustentáculos de melhoria de IDH. Mas há uma vertente maior e o sustentáculo maior, o pilar é a educação. Com educação você passa a ter na verdade uma saúde preventiva e não curativa e você poderá também ter uma melhoria de emprego e renda porque está aprovado, quanto maior o índice de escolaridade, maior o índice de ganho na empregabilidade. Um salário mínimo para quem tem um primeiro grau, dois a quem tem esse dois e quinze a vinte a quem tem o terceiro grau. E senhores, a mim que venho em agresso de uma universidade do qual eu faço uma menção honrosa Marcelo, a sua mãe que me ajudou a construir a credibilidade daquela universidade que lhe valeu no futuro um título de Dr. Honoris Causa. Mas também eu quero fazer à V. Exa., às lideranças aqui presente, a essa Casa e à imprensa, de que aquele UEMA que eu construí hoje passa por momentos difíceis de toda ordem senhor. Para V.Exa. saber, a própria energia elétrica daquela instituição hoje, vive pendurada por uma liminar e veja bem, foi preciso que aquela instituição argüísse a necessidade de ser mantida a energia elétrica porque senão poderia levar à falência as pesquisas ali existente. Imaginem uma pesquisa de cultura e de culto a qualquer coisa sem energia, poderíamos falhar na questão das geladeiras, dos frizeres, das incubadoras que vão levar todo aquele micro elemento para o desdobramento para uma pesquisa, anos e anos de pesquisa poderiam ser destruídos levados a bancarrotas e por falta de energia elétrica. Não pára por aí senhor presidente, todas as construções dessa Instituição

nesse ano de 2004 e no segundo semestre de 2003, estão paradas sem funcionar nenhuma construção. O NEAD que é o Núcleo de Educação à Distância onde são formadores três mil professores e o Maranhão que carece tanto desse cérebros para melhorar o seu índice de IDH, ver agora esses professores proibidos de dá continuidade porque o núcleo há oito meses que os professores não recebem pagamento. Mais adiante e isso senhores, cria uma dificuldade gigantesca para que possa desenvolver ali, o pagamento dos professores foi feito apenas até fevereiro faltando março, abril, maio e junho e aí eu me refiro aos professores contratados. Difícil de se imaginar que nós queremos reverter a ignorância do Maranhão tornando como óbice as dificuldades para construirmos um processo universitário, de longe o maior instrumento vivo que deve ser lançado mão pra reverter o quadro de IDH no Maranhão, começa a ser desmantelado aquilo que há pouco tempo foi construído. O PASES que é um Programa de Seriado, só para vocês terem uma idéia, foi feito em janeiro e até agora não foi pago, nenhum recurso humano foi pago em relação a isso, difícil de se compreender também. E eu pergunto: como será feito o próximo vestibular da UEMA se o passado sequer ainda foi pago aos seus professores que construíram a prova, que corrigiram e as pessoas que ajudaram a contribuir pra isso? Os cursos do interior criados recentemente em janeiro funcionando, estão sujeitos a não ser aberto os vestibulares porque não tem como abrir o vestibular porque os professores se negam às vezes a entregar o seu diário de sala. Esta é a situação que nós encontramos essa instituição, difícil de poder se imaginar e eu que aqui estive presente para exaltar a criação da UNIVIMA que no meu entendimento foi o maior programa até hoje, foi a maior ação criada pelo Governo do Estado, continua a fazer cursinho e não cumpri o seu papel que eu defendi nesta tribuna e que fiz relevantes pronunciamentos em sua defesa por entender também que passaria a ser um instrumento em defesa do desassistido, do descamisado e nesse momento porque não dizer dos desculturados. Agora, eu começo a questionar essa situação, e a Universidade me cobra, a APRUEMA a SUEMA para que eu viesse aqui e em defesa dela pudesse exaltar aqui nessa tribuna a indignação daquela povo. Também foram cortados 30% dos seus salários, a universidade não pode ser tratada como Gerência ou como Secretaria de Estado, é diferenciada, não é melhor nem é pior mas é diferente, é um instrumento diferente, são organizações seculares que perpassaram o tempo, que resistiram aos caminhos íngremes de qualquer desenvolvimento como sem sombra de dúvida um instrumento real e importante para o desenvolvimento do Estado e o que me assusta senhor presidente, é como nós podemos aqui senhor João Evangelista líder, senhor Soliney, senhor Rubens Pereira, continuarmos a exaltar a necessidade de mudarmos o IDH se o sustentáculos, o instrumento dessa mudança conceitual de IDH começa haver falência e começa haver descréditos na própria sociedade. E eu me pergunto: que atitude eu devo tomar, eu que sonhei um dia ver o Maranhão liberto das amarras da ignorância e também exaltei a necessidade de mudar o IDH, vejo o meu sonho começar a definhar por falta de uma ação enérgica e de um direcionamento de recurso para que a universidade possa responder aos apelos da sociedade. Contrariamos o tempo e vamos na contramão da história se nós não tivermos habilidade para poder continuar a gritar e a reclamar a presença dela e não faço isso como agressão ao Governo, eu não quero transformar esse púlpito importante e de tantos quantos aqui vieram na verdade em uma redoma ou em uma galeria de absurdos, mas quero na verdade cumprir o meu papel de poder exaltar a necessidade daquela universidade que um dia essas mãos tiveram a felicidade de transformar descrédito em crédito. Ali não foi ameaçado, passamos dificuldades sim mas tivemos a capacidade de superar, de encontrar alternativas e crescermos e agora eu pergunto senhores, tem outro deputado João, outro caminho para mudarmos o IDH do Maranhão sem ser pela educação, e aí eu vou dizer os três pilares básicos à V.Exa. antes de lhe conceder o aparte merecido. A saúde, ela só poderá ser trabalhada se esse povo for educado, Cuba por exemplo trata o lado preventivo, os países em desenvolvimento trata o lado preventivo, mas não há como tratar a saúde preventiva com um povo ignorante,

não há como deputado Dutra, se dizer melhoria de qualidade de renda, se a melhoria de qualidade de renda está atrelado, casado, umbilicado com a educação do seu povo. E a Universidade me parece aí apesar de ser um instrumento, não tá sendo tratada como tal e eu tenho que vir aqui fazer e colocar minha indagação e pedir carinhosamente ao Governo do Estado, que volte o seu foco pra esta instituição. Deputado João.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA (aparte) – Deputado César, a sua preocupação no campo da educação é procedente, confesso a V.Exa. que o Governo e todos nós aqui também temos a nossa preocupação porque nós não poderemos alcançar o nível de desenvolvimento responsável se não tivermos o incentivo no conhecimento. Mas a questão tem que ser clara, o Governo não cortou salário, não reduziu salário de servidor público, houve um corte em gratificação, agora, a situação que o País atravessa principalmente os estados que dependem do fundo de participação FBE estão em uma situação muito difícil e já temos estado da federação brasileira hoje já pagando o seu servidor a partir de R\$ 1.000 no dia 20 do mês subsequente como também já temos o estado da federação que quem ganha a partir de R\$ 1.500 está sendo já financiado em banco. Portanto, no Estado do Maranhão não seria difícil as dificuldades que o País vive em função da Recessão Econômica, mas essa tempestade acredito eu, que o Brasil haverá de vencer mas rápido possível. Quando a Recessão acontece, atinge principalmente os estados menos desfavoráveis. O que o Governo está fazendo, é ajustando a sua máquina dentro da realidade, o pior seria se nós não estivéssemos na expectativa de termos o décimo terceiro salário pago agora no mês de junho, se estivéssemos na expectativa de perdermos o calendário que é histórico hoje que é mais de cem mil servidores com a data estabelecida no seu padrão, no seu vencimento de modo que a preocupação procede. Agora, nenhum governo acredito eu no Brasil, tem e desejaria fazer cortes se necessário principalmente no campo da educação e da saúde, agora, é preciso que se organize e para isso o Estado esta ajustando, mas eu não tenho dúvida que a educação e a saúde mesmo com os ajustes são as prioridades do Governo.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES - Eu nunca questioneei isso e quero que V.Exa se incustre dentro dos meus pensamentos e passe a compreender também que não há outro caminho de nós melhorar-mos o IDH se não for pela educação, o senhor pode ter certeza disso. Eu quero deixar bem claro que o Brasil com 3% de pessoas com 3º grau, o Maranhão com bem menos disso, nunca pode sonhar ou deixar de ser apenas uma promessa e V.Exa. pode ter certeza de uma coisa, esse recurso natural que Deus um dia depositou e virou as suas mãos para o Maranhão, se não for agregado a tecnologia e cérebro, nossa geração com certeza não vai haver melhora nenhuma, enquanto esta casa aqui não tiver consciência de cada deputado começar a conceber isso, e não na verdade começar a tirar força desse parlamento, tirar força da necessidade, nós começarmos a trabalhar intrinsecamente aqui e a discutir esses problemas de educação, não chegaremos a lugar nenhum. E o que é melhor, discute-se hoje universidade para todos, porque o Governo Federal compreendeu também a necessidade de inclusão social pelo conhecimento, e discute isso hoje pra poder tentar reverter, nesse sentido foi criada comissão hoje na Câmara Federal pra discutir o Programa Universidade Para Todos. E, eu pergunto: de que forma que essa Casa também começa a discutir? O que eu quero é que Vossa Excelência comece a compreender, que na verdade o meu pronunciamento não se trata de uma agressão, o que eu faço na verdade é colocar os fatos dentro de uma realidade, pra que você possa à luz do que eu estou dizendo, há imaginar a ruptura de um processo. E que comece todos a nos unir em torno de uma causa e não de cargos de governo, mas na verdade em torno de uma causa, que é maior do eu, maior do que você. Então, não teremos promessa nenhuma a fazer do palanque que nos avizinha e eu continuo a fazer esse tipo de pronunciamento sem me desumbilicar da base do Governo, mas consciente do meu papel e nunca quero transformar este público digno, presidente, numa ribalta ou num ensaio de ser político, mais na verdade

eu quero ser um político voltado para aquilo que eu plantei durante a sustentação de minha campanha e que continuo a projetar agora e que ainda volto a dizer; se um dia a eleição me negar, eu trombo do voto mais continuo a me erguer com dignidade de que aquilo que preguei lá fora eu continuo dia-a-dia a ser aviventado aqui dentro, sem amarras, sem umbilicação, embora ainda vinculado as bases do Governo. Concedo a palavra ao senhor deputado Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Deputado César Pires, agradeço o aparte. E quero declarar a minha solidariedade a sua indignação com a situação da única Universidade Pública Estadual aqui no Estado. O Governador José Reinaldo alguns dias atrás encheu as páginas dos jornais de que o compromisso dele era elevar IDH, e aí a gente se pergunta como V.Exa. esta fazendo. Como aumentar o IDH? O ano letivo começou agora em maio, o acordo com os professores não foi respeitado, os alunos ontem apanharam da polícia do Governo do Estado, apanharam tem aluno ferido porque estão exigindo coisas mínimas, e V.Exa. traz aqui esse relato dramático da situação da UEMA, onde para ter luz precisa de uma liminar porque a universidade está falida. Portanto, o Governador José Reinaldo está fraudando, a exemplo do que foi uma eleição suspeita fraudando a opinião pública. A sensação que eu tenho é de que no Maranhão não tem governo, a sensação que eu tenho é de que não há governo; é um governo que anda tonto, um governo que anda trombicando. Eu cheguei ontem do interior do Estado, Região Tocantina e Região Sul, a sensação de que no Maranhão não tem governo. Portanto, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência pelo sentimento de auto defesa de um espaço, que é o único capaz de levar ao Maranhão a sair desse patamar vergonhoso de ser um dos Estados mais pobres da Federação. Portanto, a minha solidariedade, siga em frente, ser deputado de governo não significa ser bajulador de governo, ser deputado de governo não significa é trocar a sua dignidade por cargo no governo. Portanto, eu quero registrar a minha solidariedade ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES – Muito obrigado, deputado. E eu quero para finalizar, dizer a todos.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA- Deputado, conceda-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES- Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – Deputado, eu gostaria que V.Ex.^a permitisse para que através do aparte do deputado Dutra, ele fugiu do debate na questão da educação, para acusar o governo de fraude. A maior fraude que o Brasil tem assistido e tem visto, é a fraude da história do PT...

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA- Esse aparte está errado, ele tá desviando o assunto.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – V.Exa. que desviou, eu quero ver hoje a cara do PT, do Governo Lula, não tem moral para falar o deputado Dutra, porque o PT hoje vai votar salário de R\$270,00.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES – Eu quero fazer um chamamento de que em nenhum momento eu discuti a questão do Ensino fundamental e Médio, eu estou discutindo e tenho digo pra você conhecimentos suficientes pra vim aqui discutir, ainda não estou discutindo a mazelas do Ensino Médio Fundamental, mas se necessário em defesa daquilo que eu me propus com certeza eu virei. Mas, o que eu faço esse chamamento é pra mostrar que há necessidade de voltar os olhos e o foco pra aquela instituição, e mais do Orçamento e aí eu peço ao governo, que desse Orçamento deputado Milhomem, que segundo alguns, foi votado ontem, de que tenha tido e que fiz questão de não olhar, porque o outro eu votei olhando, do que não adiantou.

Esse que tenha o foco voltado para instituição e no recurso da instituição para outras ações foram retirados vinte nove milhões e quatorze mil reais do objetivo fim da instituição, eu faço apelo ao Governo do Estado como aliado que sou, embora sendo tratado de forma diferenciada, que as lideranças na verdade devem ser líderes de um todo e não de seu umbigos e das suas individualidades, para que a gente possa vê essa questão. O governo e o bloco nosso o qual pertença, deve olhar de forma linear os problemas dos senhores deputados, não apenas o seu umbigo e suas miopias pessoais, por que senão fica difícil nós continuarmos a defender uma causa de todos nós, eu falo isso a todos, ao senhor Soliney de um bloco, deputado João evangelista e o deputado Rubens Pereira, que passem a defender como todo os propósitos de nós todos e que a todos sermos atendidos como governo; eu voto igual V. Exa. nos problemas de governo, e como uma virtude tenho conhecimento profundo da causa que defendo, e o meu foco é voltado para educação, e nunca vou para o pessoal ou para a discussão pessoal. Eu vou pra discussão institucional daquilo que eu defendo e acredito, que é a educação, melhoria da educação qualitativamente e não quantitativamente no nosso Estado. Não agrido o governo, sou vinculado ao governo, voto nas questões de governo, mas quero colocar as problemáticas de governo para que essa Casa possa exaltar o seu posicionamento.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO – V. Exa. me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES – Concedo o aparte a V. Exa.

O SENHOR DEPUTADO WILSON CARVALHO - Deputado César Pires, eu compreendo a sua preocupação, é essa preocupação de todos maranhenses, sei da importância da educação quando se fala na evolução do povo e no crescimento, na melhoria para a sociedade e naturalmente V.Ex.a que já foi reitor da UEMA sabe as dificuldades que vem atravessando em função dos cortes que foram feitos, e a UEMA não é diferente também da base quando V.Exa diz que mais tarde é que discutirá a cerca do Ensino Fundamental e Médio, nós temos problemas com ensino fundamental, nós tem problemas com ensino médio e esse problemas precisam ser resolvidos. O que acontece quando o deputado Dutra, que é deputado de oposição, e que é um deputado radical de oposição e fala da ausência de governo, sobre desgoverno, o que ocorre é que o país atravessa um momento difícil, e quando atravessa um momento difícil, significa dizer: há falar de recursos financeiros. Imagina ele, que o Presidente Lula não gostaria de fazer o melhor para o Brasil, de levar mais recursos para as células menores que são os municípios, mais recursos aos Estados para melhorar a situação desse país, do seu povo? Naturalmente que sim, entretanto o que mais não faz, eu tenho certeza, não é por ser mal intencionado, é porque as condições não lhe são favoráveis, e é isso que acontece no Governo do Maranhão, tem sido provado pelo Governador José Reinaldo através da amostra dos recursos que tem vindo repassados para o Estado do Maranhão, do esforço que está se fazendo para arrecadar o ICMS, as dificuldades que se têm, tudo isso está sendo feito; na área da justiça tentando arrecadar aquilo daqueles que devem e sonagam o recurso do ICMS. Entretanto, nós não temos conseguido acompanhar a receita com a despesa, porque as despesas são naturais que vão aumentando a cada dia; mais alunos aparecem, mais alunos do ensino médio, mais alunos na universidade, mais os anseios de criação de curso na UEMA, as despesas aumentaram e a receita não aumentou na mesma proporção, isso causa dificuldade e é preciso um planejamento muito grande que o governo está fazendo. É por isso que trouxe o Simão, é por isso que tem procurado se assessorar com pessoas de pensamento muito amplo para que se possa melhorar as condições de sobrevivência no Estado. Então, eu acho que o Governo é um governo bem intencionado, é um governo que quer fazer alguma coisa, mas infelizmente nós estamos enfrentando uma crise, uma crise que é nacional e por conseguinte é uma crise que é também estadual. Há de

haver essa compreensão da nossa parte, há de haver essa compreensão da sociedade, há de haver a compreensão de toda a classe estudantil do Maranhão. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES- Eu nunca fui incompreensivo com o governo, e tenho votado e meu voto é um dos trinta e poucos que são votados, o meu voto é tão valioso quanto de Vossa Excelência e somos tratados de forma diferente

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM- O tempo de V.Exa. já encerrou deputado.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES- São 30 minutos presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM- Já são 33, a idade de Cristo.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES- Tudo bem. O senhor permite que eu conceda o parte à ele ou encerro? Obrigado pela sua concessão. Concedo o aparte ao senhor, deputado.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA- Deputado César, eu estava conversando ali com o deputado Paulo, quando Vossa Excelência referiu aos líderes e em especial ao seu líder do nosso bloco, eu não entendi bem a maneira como você se pronunciou, mas pela informação de alguns colegas, parece que V.Exa. pronunciou que os líderes estavam resolvendo mais os seus problemas pessoais do que os problemas da bancada.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES- Continuo afirmando.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA- Eu posso dizer a V.Exa uma coisa, que este líder aqui que está falando com V.Exa. para este plenário tem lutado por todos os companheiros que fazem parte deste bloco e em nenhum momento eu resolvi um problema meu pessoal, posso até dizer a V.Exa. que antes de ser líder, eu resolvia mais problemas meus pessoais do meu municípios do que agora depois de líder, espero que essas prerrogativas, essas vantagens que forem levadas para os líderes que venha chagar ainda ao líder deputado Rubens, porque até agora ainda não chegou com o deputado Rubens essas benéficas, vantagens que V.Exa. está tomando conhecimento. Se tiver algum ato no Governo do Estado de nomeação de alguma pessoa do deputado Rubens, algum projeto do deputado Rubens, liberado, eu renuncio o meu mandato aqui na presença de todos aqui nessa Casa, que nenhum ato meu foi resolvido individualmente.

O SENHOR DEPUTADO CÉSAR PIRES – Encerrada a sessão senhor presidente, de minha parte, muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA – Senhor presidente, Questão de Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM- Baseado em qual artigo?

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Eu fui citado pelo deputado César Pires como líder, eu gostaria de falar como líder.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM – Tempos dos Blocos Parlamentares. BPP. BPD.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Senhor presidente, senhores deputados.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Eu peço permissão ao orador. Eu quero lembrar aos líderes da base de sustentação do governo que existe matéria a ser votada.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Deputado César Pires, a quem eu respeito muito teve aqui na tribuna e afirma que os líderes aqui desta Casa, principalmente, os Líderes do Governo; eu, deputado Rubens e o deputado João Evangelista estamos tratando de assuntos pessoais. Como fala o deputado Rubens Pereira, também discordo da colocação do nobre deputado César Pires, a quem respeito muito, a quem eu tenho a maior atenção, a maior consideração, acho que o deputado está equivocado quanto a isso, principalmente a meu respeito que lidero o Bloco Popular Progressista e tenho tratado todos os 17 deputados e não só os do meu Bloco, mas todos os deputados até o da Oposição com distinção, com respeito e quero também aqui o respeito de todos os colegas deputado nesta Casa. não trato de assuntos pessoais nem com governo nem com qualquer outra pessoa, trato dos assuntos relacionados ao meu bloco, trato dos assuntos relacionados ao povo do Maranhão, e gostaria que o deputado César Pires, um homem de bem, um homem que eu respeito muito, refletisse sobre isso. Eu, deputado Soliney, não trato de assuntos pessoais, toda vez que vou ao Palácio trato dos assuntos dos meus municípios, e interesse do bloco e interesse do povo do Maranhão. Era isso que eu queria falar ao nobre deputado César Pires, a quem eu tenho o maior respeito. Senhor presidente, eu gostaria de dividi o tempo do bloco com a deputada Socorro Waquim e o deputado Humberto Coutinho.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Senhor presidente, eu retomo aqui ocupando o tempo do bloco, porque é necessário então que faço algumas colocações de caráter em dois ângulos; uma como cidadã e outra como política. Quando eu vim a essa tribuna no primeiro tempo, eu fiz o convite para a nossa Convenção, eu deveria ter feito ontem, mas não foi possível e aproveitei pra fazer uma referência a duas matérias de jornais da cidade, um Jornal Estado e outra no Jornal Pequeno, que penso eu que sejam instituições de imprensa de grande credibilidade, cada uma fazendo o seu papel, cada uma fazendo o seu norteamto de posições. E fiz exatamente porque moro em Timon, vivo em Timon conheço a realidade Timon, de forma de conhecer o contexto e a realidade de Timon eu me sinto na condição, como cidadã e como representante política daquela cidade para fazer as observações que eu achar pertinente. E volto a dizer, que eu via ao mesmo tempo com satisfação ao anúncio de uma verba para o Estado do Maranhão incluindo Timon, Codó, São Luís e Imperatriz no valor de um milhão de reais para cuidar da mortalidade materna e neo-natal e ao mesmo tempo via com muita preocupação o fato de que a minha cidade não tem um hospital municipal. O hospital que tem na minha cidade é um hospital regional, é um hospital da mulher e da criança, é um hospital que há muito tempo faz um atendimento nessa área materno infantil e a única maternidade que tem, a ponto que se dizia muito em Timon deputado Wilson, que os registros de nascimento dos Timonenses eram inteiramente de Teresina por não ter um hospital maternidade no nosso município. E eu dizia isso preocupada exatamente porquê? Por que também eu via no jornal, que eu considero da máxima responsabilidade que é o Jornal Pequeno, o anúncio da rejeição de prestação de conta da minha cidade e isso é motivo de preocupação pra qualquer político da sua cidade natal. E eu então fiz essas duas referências e fiz mas, fiz algumas referências em relação aos recursos que entram para saúde no meu município e ai eu torno repetir os recursos que entraram na saúde do meu município, eu vou pra 2001 que foi R\$ 7.638.371,00; 2002, R\$ 8.832.000,00; 2003, R\$ 11.932.000,00 e já em 2004 no mês de janeiro à maio entraram R\$ 4.637.752,00. O que me consta são muitos recursos e esses recursos evidentemente são recursos que seriam suficientes, deputado Deusdete, para que a saúde de Timon fosse uma saúde de qualidade. Mas, eu posso aqui afirmar pelo que conheço, pelo dia-a-dia da minha cidade,

que é uma cidade que a maioria das pessoas que procuram os hospitais públicos do município, não conseguem receber a medicação mínima da farmácia básica. E digo mais, perder uma eleição não é vergonha para ninguém, eu perdi três, Lula perdeu quatro, nem por isso ao se perder uma eleição se perde a vergonha, se perde a esperança, se perde a decência, se perde a honradez. Perder a eleição na verdade é estímulo, quando se tem um sonho, quando se quer construir uma esperança, e eu vou continuar nessa luta, nesse embate político porque eu acho que é necessário pela minha cidadania e pelo que eu espero fazer pela minha cidade. O que me preocupa não é perder a eleição, o que me preocupa são os caminhos que anda a minha cidade. E aí se eu for falar aqui, dar dados, eu vou citar pesquisas que ultimamente têm sido colocadas na minha cidade e registradas, deputado Dutra, e não foi feita por mim, foram registradas e que dizem que a administração pública da minha cidade hoje é reprovada em 60%. E eu tenho dados daqui desta Casa que o ano passado só de FPM a cidade recebeu nove milhões de educação e recebeu onze milhões de saúde pública. Então eu estou dizendo tudo isso para dizer também que eu na próxima semana trarei ao deputado Aderson a prestação de contas do ex-vereador Sétimo, que foi Presidente da Câmara Municipal de Timon e que foi aprovada com louvor. Trarei para que fique a disposição dele, para que ele ao vim a tribuna não possa dar informações que não sejam concretas e levianas. Quero dizer também que tenho me comportado como deputada da minha cidade e tratado uns assuntos aqui com extrema responsabilidade, não apenas politicamente e partidariamente, mas a minha cidade precisa e quer mudança e são as pesquisas que estão dizendo, 30% hoje da população grita e fala e pede mudança na cidade. As razões não interessam, mas a população é que está se manifestando, não é a deputada Socorro Waquim, é a população da minha cidade. Quero concluir dizendo que o Governo do Estado sempre foi reclamado na cidade de Timon, da sua presença, das suas ações, e quando nós brigamos pelo Vestibular da Cidadania é porque a juventude de Timon precisa, principalmente a mais pobre, aquelas que o país não podem pagar um cursinho, precisam do pré-vestibular e é um grande programa no Estado do Maranhão, Vestibular da Cidadania. E nós ralamos, lutamos, insistimos sensibilizamos e conseguimos que o governador do Estado concedesse as 50 vagas para o município de Timon, e não haverá bolsas esse ano, porque entre a bolsa e o curso nós preferimos o curso e isso foi uma decisão dos jovens da minha terra. Portanto o ano passado com vestibular da cidadania mais de 50 jovens lograram acesso a universidade, que as universidade recebem só elite. E gostaria também aqui de fazer mais uma colocação e essa então eu vou levar para Timon. Eu lendo aqui o Diário da Manhã datado dia 23 de junho, eu via que acrescentando ao Projeto de Reforma Administrativa que o Governo do Estado está apresentando a esta Casa, eu vi uma proposta do deputado Aderson que foi votado em Timon solicitando a extinção do escritório do Governo em Timon. Eu gostaria de dizer ao deputado Aderson, de que esse escritório foi uma conquista dos timonenses, porque se dizia que a cidade de Timon não havia uma representatividade do Governo do Estado e que em função da distância física, Timon/São Luís havia dificuldade de relacionamento e da presença do governador. Lutamos 2 anos por esse escritório, o escritório está instalado, está fazendo o seu papel e evidentemente queremos que continue, e tenho certeza que nenhum eleitor de Timon ou nenhum cidadão ficará satisfeito ao saber que aquilo que foi conquistado está pedindo para que seja retirado. Então eu quero dizer a esta Casa, que eu não me sinto, nem um pinga constrangida de ter perdido a eleição, seja por um, seja por vinte cinco mil, seja pela quantidade de votos que tenha sido.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Permito deputado.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Deputada Socorro Waquim quando propus a extinção e não é só do escritório de

Timon não, é do escritório Timon, dos Lençóis, do Gabinete do Governador de Tocantins, todos são cabides de emprego e duvido muito que a deputada me apresente alguma coisa de útil que tenha sido feito por qualquer deles em qualquer lugar, assim também como as secretarias extraordinárias, gerências que não fazem absolutamente nada, tanto é verdade que o governador a pouco tempo extinguiu a Gerência Metropolitana, quer extinguir e até hoje não teve coragem de extinguir uma série de outras gerências e vou lhe citar exemplos, são objetos de emenda minha; Gerência de Articulação das Entidade Cívica com o Governo. O quê que faz? Gerência de Controle dos Órgãos de Representação do Governo. O quê que faz? Se a senhora souber me dizer, Gerência Extraordinária de Saúde Preventiva, está lá desocupada há um mês, e ninguém sente falta dela. Então, é isso, não é conquista do povo de Timon não, é conquista de políticos de Timon para cabide de emprego, talvez não tenha sido nem V.Exa., mas outra deputada de Timon que passou aqui e conseguiu a criação desse escritório em Timon.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM- Bom, eu gostaria de retornar ao senhor é dizendo o seguinte: tenho certeza que o governo José Reinaldo jamais toma nenhuma decisão nesse Estado que não seja a favor do povo do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM- Deputada Socorro Waquim, seu tempo está encerrado.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM- Só um minuto presidente.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Permita um aparte?

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM- Pois não, deputado.

O SENHOR DEPUTADO SOLINEY SILVA- Eu gostaria de parabenizar a deputada Socorro Waquim pelo seu pronunciamento e agradecer pelo convite, dizer à ela e ao povo de Timon que Sábado estarei naquela cidade com muito prazer, com muita honra para declarar o nosso apoio à sua candidatura, que sabemos do seu compromisso com aquele povo, sabemos da competência que a senhora tem com o trato da coisa pública e eu tenho certeza que o povo de Timon vai ter uma prefeita a altura, e nós sabemos o pensamento do povo daquela terra, a senhora se encontra hoje em uma posição privilegiada nas pesquisas em Timon, e não dê ouvidos a este tipo de críticas, a este tipo de comentários de algumas pessoas que tentam desvirtuar a atenção e nós sabemos que a administração de Timon está hoje uma aberração, um escândalo, o povo de Timon não agüentam mais viver dessa forma e por isso que Vossa Excelência tem quase 60% das pesquisas de intenção de votos e tenho certeza que durante a campanha a senhora vai reverter aquela situação do passado, aquela derrota que a senhora teve na eleição passada, eu tenho certeza que aquela diferença hoje vai ser bem maior a favor da senhora, porque o povo de Timon não agüenta mais aquela administração que lá está.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM – Deputado eu agradeço, mas a derrota nenhuma me envergonha nem me entristece e nem tira o meu ânimo. O que me dá ânimo mesmo é a vontade de continuar sendo o que eu sempre fui; séria, justa, honesta de mãos limpas para trabalhar pelo meu povo, pelo Maranhão. Se for eleita em Timon, farei o meu melhor, se continuar nesse parlamento continuarei defendendo o Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM- Não existe mais tempo. Expediente Final. Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23/06/2004 ÀS 11 H.

O SENHOR PRESIDENTE - CARLOS ALBERTO MILHOMEM
O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO - FORTUNATO MACEDO
O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO - REGINALDO NUNES

O SENHOR PRESIDENTE – Declaro aberta a Sessão Extraordinária para votação das matérias para o qual foram convocadas. Projeto de Resolução n.º 01/04. Em discussão, em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão, aprovado. Projeto de Lei em segunda discussão, artigo n.º 131 do Regimento Interno. Projeto de lei n.º 060 encaminhado pela Mensagem Governamental n.º 038. Em discussão, em votação. Os senhores deputados que concordarem permaneçam como estão, aprovado. Projeto de Resolução n.º 019/03 que trata sobre o Estatuto Especial de Ética. Em discussão, em votação. Os deputados que concordarem permaneçam como estão, aprovado. Lembro aos senhores deputados que a sessão extraordinária convocada para às 18 h de hoje para tratar do assunto da Reforma Administrativa do Estado, 18 h. Declaro encerrada a presente sessão.

**GABINETE DO DEPUTADO
JOAQUIM NAGIB HAICHEL
PROJETO DE LEI N.º 107/04**

CRIA o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Maranhão e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Certificado de Responsabilidade Social a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, às empresas e demais entidades com sede no Estado que apresentarem o seu Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único – Para fins do disposto no *caput*, as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão o seu Balanço Social até o último dia do mês de junho do ano seguinte ao de referência do Balanço.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitem identificar o perfil de sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§1º - O Balanço Social de que trata o *caput* será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§2º – Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação pertinente.

Art. 3º – A Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta Lei, outorgando-lhes o “Selo Empresa Cidadã/Ma”.

Parágrafo único – O “Selo Empresa Cidadã/Ma”, de que trata o *caput* deste artigo, será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo Estadual.

Art. 4º - Dentre as empresas certificadas, a Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, aos quais agraciará com o Troféu Responsabilidade Social – Destaque/Ma.

Parágrafo único – Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha constarão:

I – impostos – taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

II - folha de pagamento bruta - valor total de folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

III - condição de trabalho – higiene e segurança do trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

IV – alimentação – restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

V - saúde – plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

VI - educação – treinamento, programa de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudo, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca e outros com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

VII - aposentadoria – planos especiais de previdência privada tais como: fundações previdenciárias, complementações de aposentadorias e outros benefícios oferecidos aos aposentados;

VIII - participação nos resultados econômicos – seguro, empréstimo, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

IX - contribuição para a sociedade – investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

X - investimento no meio ambiente – reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

XI - números de empregados – número médio de empregados no exercício, registrados no último dia do período;

XII – número de admissões – admissões efetuadas durante o período;

XIII - políticas adotadas visando diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais – descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão de idosos, portadores de deficiência e outros, no seu quadro funcional.

Art. 5º - A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei, constituirá comissão mista, com representantes da sociedade civil organizada para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o “Selo Empresa Cidadã/Ma”.

Art. 6º – As despesas decorrentes da presente Lei serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, a constar do orçamento do Estado do Maranhão.

Art. 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º – Revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 21 de junho de 2004. JOAQUIM NAGIB HAICKEL - Deputado Estadual - 1º Secretário

**GABINETE DO DEPUTADO
CÉSAR PIRES
PROJETO DE LEI N.º 108/2004**

Considera de Utilidade Pública o Centro Criativo Pedagógico dos Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim América, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.

Art. 1º - Fica considerado de Utilidade Pública o Centro Criativo Pedagógico dos Jovens e Crianças Carentes do Conjunto Jardim

América, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS, DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 17 de Junho de 2004. CÉSAR PIRES - Deputado Estadual - Incluindo o Maranhão pelo conhecimento”

PROJETO DE LEI Nº 109/2004

Considera de Utilidade Pública o Centro Produtor de Piscicultura, Maricultura e Caprinocultura do Estado do Maranhão, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.

Art. 1º - Fica considerado de utilidade pública o Centro Produtor de Piscicultura, Maricultura e Caprinocultura do Estado do Maranhão, com sede e foro no Município de São Luís, no Estado do Maranhão.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS, DO PALÁCIO “MANOEL BEQUIMÃO”, em 15 de Junho de 2004. CÉSAR PIRES - Deputado Estadual - “Incluindo o Maranhão pelo conhecimento”

GABINETE DO DEPUTADO DOMINGOS DUTRA REQUERIMENTO Nº 143/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental e após a manifestação do Plenário, tendo em vista a importância das informações a serem prestadas pela Gerência de infra-estrutura para o relatório de conclusão dos trabalhos da Comissão Especial criada pela Resolução Administrativa nº 432/04, destinada a efetuar levantamento sobre a situação das rodovias estaduais e federais requeremos a V. Exª a CONVOCAÇÃO do Dr. JOÃO CÂNDIDO DOMINICE, Gerente de Estado de Infra-Estrutura para fazer exposição perante a Comissão Especial sobre as políticas de recuperação das rodovias estaduais.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 16 de junho de 2004. PAULO NETO - DEP. DOMINGOS DUTRA - RUBEM BRITO - ANTÔNIO BACELAR - RIGO TELES - MAX BARROS - HÉLIO SOARES

APROVADO NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 23/06/04 COM EMENDA VERBAL DAS LIDERANÇAS DO BPD E BPP, BEM COMO DO AUTOR, SUBSTITUINDO A EXPRESSÃO: CONVOCAÇÃO POR : SEJA CONVIDADO.

GABINETE DO DEPUTADO CARLOS BRAIDE REQUERIMENTO Nº 144/04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, depois de ouvido o Plenário, seja incluído na ordem do dia sessão extraordinária a ser realizada hoje, o projeto de resolução nº 019/2003, que institui o Código de Ética, para votação em 1ª e 2ª discussão, em regime de urgência.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 23 de junho de 2004. CARLOS BRAIDE - Deputado Estadual.

GABINETE DO DEPUTADO ANTÔNIO PEREIRA INDICAÇÃO 794/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: V. Leonel Rio dos Bois e Monte Alegre, município de BOM JARDIM.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA - Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO 795/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Dorme Sujo, Alto Floresta, V. Tancredo Neves, Povoado Oito, Vila Progresso, Água Amarela, Vila Camponesa e Centro do Adão, município de BOM JESUS DAS SELVAS.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA - Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO 796/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Minador, Puçar, Três de Agosto, Olho d'Água, Água Branca, Retiro, Boa Sorte, S. Joaquim e Monte Alegre, município de LAGEADO NOVO.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO 797/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Minador, Puçar, Três de Agosto, Olho d'Água, Água Branca, Retiro, Boa Sorte, S. Joaquim e Monte Alegre, município de LAGEADO NOVO.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA - Deputado estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 798/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Canto do Barro, Coqueirinho, Pedra Grande, Sítio do Meio, Tatarema, Bom Lugar, Paciência, Santa Luzia e Flores, município de LAGEADO NOVO.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA - Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 799/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: P. Folha Larga, P. Alto Palmeira, Centro dos Louros, Centro das Curicas, Centro dos Periquitos, Centro dos Vieiras e Matinha, município de JOÃO LISBOA.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 800/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Pindorama, Centinho, Cidrak, L. Tutum, Centro dos Morenos, Camaçari e Cacau, município de JOÃO LISBOA.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 801/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: P. Prego, São Domingos, Centro dos Carlos, Pov. Curicas, Centro do Cândido, S. Velha 2 e Pingo de Ouro, município de JOÃO LISBOA.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 802/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Vila Norte Sul, Mutirão II, Vila Emiliano, Patrocínio, Arapari, Capemba d'Água e Pov. Centro do Basílio, município de JOÃO LISBOA.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 803/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Pov. Cajú, Pov. Das Aboboras, P. Mundo Novo, e Bairro Trizidela, município de AMARANTE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 804/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Lagoinha, Cajueiro, Maxixe, Melancia, Genipapo e Feijão, município de AMARANTE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 805/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Ferrugem, Boa Vista, N. Esperança, Gravilo, Santa Lúcia e Amélia, município de AMARANTE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 806/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Margarida, Belo Monte, Roseana, Do Caju, Das Abóboras e Mundo Novo, município de AMARANTE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 807/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Trizidela, Batalha, S. Bento, Pé do Murro, Quatro Bocas e Bananal, município de AMARANTE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 808/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Gameleira, Alto das Mangabeiras, São Francisco, Santo Izídio, Buriti e São João., município de AMARANTE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 809/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Tabatinga, Bacaba, Guará, São José, Canto da Lagoa e Matinha, município de RIBAMAR FIQUENE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 810/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Canto dos Morros/Riacho do Meio, Jussara, Ribeirãozinho/Mundicão, Tabuleirão, Bacuri, Terra Dura e Cabeceira Verde, município de RIBAMAR FIQUENE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 811/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Sítio, Sítio Sucrutu/Chico do Brejo, Pombal, Brejão, Beira Rio Zê Lúcio e Veneza/Varjão, município de RIBAMAR FIQUENE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO N. 812/04

Senhor Presidente,

Na forma regimental solicito a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Coordenador do Programa Luz Para Todos, Sr. Edmilson Irineu Carneiro solicitando a inclusão no Plano de Universalização de Energia Elétrica, através do programa Luz Para Todos, exercício de 2004, das localidades: Recanto, Folha Larga, Riachinho/Clementino, Monte Santo/Canto Areia, Campo Alegre Pereira, Mulatinho, Campo Alegre/ Hemogenio/Aldenora, município de RIBAMAR FIQUENE.

Essas localidades são carentes desse benefício, como instrumento indispensável para a melhoria da condição de vida e do desenvolvimento da região.

PLENÁRIO DEPUTADO GERVÁSIO SANTOS do PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, 22 de junho de 2004. ANTONIO PEREIRA Deputado Estadual

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

ESTADO DO MARANHÃO TRIBUNAL DE CONTAS

Ofício n.º 264/2004/COSES-TCE

São Luís, 17 de junho de 2004.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Alberto Milhomem
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão
Assunto: Contas do Governo do Estado, exercício financeiro de 2003.

Senhor Presidente,

O **Tribunal de Contas do Estado do Maranhão**, no uso de sua competência constitucional e acolhendo relatório e voto do Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**, em sessão extraordinária realizada nesta data, apreciou o processo n.º 7290/2004-TCE, constante da Prestação de Contas de responsabilidade do Senhor **José Reinaldo Carneiro Tavares**, Governador do Estado do Maranhão no exercício financeiro de 2003, e decidiu emitir o Parecer Prévio PL-TCE N.º 152/2004, de cópia anexa, **favorável** à aprovação das contas.

Dessa forma, encaminhamos o referido processo a Vossa Excelência, com vistas ao julgamento dessa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Atenciosamente,

Conselheiro João Jorge Jinkings Pavão
Presidente

PROCESSO N.º :7290/2004-TCE

ORIGEM: Governo do Estado do Maranhão

NATUREZA: Prestação de Contas Consolidadas do Estado do Maranhão - Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público

RESPONSÁVEIS: Governador José Reinaldo Carneiro Tavares, Deputado Carlos Alberto Milhomem, Desembargadora Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves e o Procurador Geral de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho

PROC. JUSTIÇA: Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira

RELATOR: Cons. Edmar Serra Cutrim

EMENTA: O BALANÇO GERAL CONSOLIDADO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, BEM COMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, REPRESENTA, ADEQUADAMENTE, A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003, E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESTÁ DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE, APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS. PUBLICAÇÃO. REMESSA DOS AUTOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

PARECER PRÉVIO PL-TCE N.º 152/2004

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 51, I, da Constituição do Estado do Maranhão; art. 48, inciso I, da Lei n.º 5.531, de 5 de novembro de 1992, modificada pela Lei n.º 5.764, de 12 de agosto de 1993; arts. 56 e 57, da Lei Complementar n.º 101/00; e art. 204 e seguintes, do Regimento Interno deste TCE, apreciou os autos do **Processo n.º 7290/2004**, referente ao Balanço Geral das **Contas Consolidadas do Estado do Maranhão**, do exercício financeiro de **2003**, compreendendo os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, bem como do Ministério Público Estadual, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador, José Reinaldo Carneiro Tavares, do Excelentíssimo Senhor Deputado, Carlos Aberto Milhomem de Souza, da Excelentíssima Senhora Desembargadora, Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves e do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral de Justiça, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, ouvido o Representante Ministerial, **DECIDIU**, em Sessão Plenária realizada nesta data, à unanimidade, conforme o Relatório e Voto do Conselheiro **Edmar Serra Cutrim**, emitir Parecer Prévio pela Aprovação das Contas, visto que estas representam, adequadamente, a posição financeira, orçamentária

e patrimonial dos respectivos Poderes e do Ministério Público, em 31 de dezembro de 2003, e o resultado das operações está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública, nos seguintes termos:

I – favorável à **aprovação**, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Poder Executivo**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **José Reinaldo Carneiro Tavares**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

II – favorável à **aprovação** (com as devidas ressalvas feitas pelo Ministério Público), pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Poder Legislativo**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Deputado, **Carlos Alberto Milhomem de Souza**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

III – favorável à **aprovação**, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Poder Judiciário**, sob a responsabilidade da Excelentíssima Senhora Desembargadora, **Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

IV – favorável à **aprovação**, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Ministério Público**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, **Raimundo Nonato de Carvalho Filho**, referente ao exercício financeiro de **2003**.

Presentes à Sessão os Conselheiros: João Jorge Jinkings Pavão (Presidente), Edmar Serra Cutrim (Relator), Raimundo Oliveira Filho, Álvaro César França Ferreira, Yêdo Flamarion Lobão e José de Ribamar Caldas Furtado; Auditores: Antônio Blecaute Costa Barbosa, Melquizedeque Nava Neto e Osmário Freire Guimarães, além do Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Flávia Tereza de Viveiros Vieira.

Publique-se e cumpra-se.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE JUNHO DE 2004.

JOÃO JORGE JINKINGS PAVÃO

Conselheiro Presidente

EDMAR SERRA CUTRIM

Conselheiro Relator

Fui Presente

PROCURADORA DE JUSTIÇA Flávia Tereza de Viveiros Vieira
REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO
TRIBUNAL DE CONTAS

PROCESSO N° :7290/2004-TCE

ORIGEM: Governo do Estado do Maranhão

NATUREZA: Prestação de Contas Consolidada do Estado do Maranhão - Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público

RESPONSÁVEIS: Governador José Reinaldo Carneiro Tavares, Deputado Carlos Alberto Milhomem, Desembargadora Etelvina Luiza

Ribeiro Gonçalves e o Procurador Geral de Justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho

PROC. JUSTIÇA: Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira

RELATOR: Cons. Edmar Serra Cutrim

EMENTA: O BALANÇO GERAL CONSOLIDADO DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, BEM COMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, REPRESENTA, ADEQUADAMENTE, A POSIÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO ESTADO DO MARANHÃO, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003, E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESTÁ DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE, APLICADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VOTO PELA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS. PUBLICAÇÃO. REMESSA DOS AUTOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1. Trata o presente feito das Contas Consolidadas do Estado do Maranhão, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, relativas ao exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador, José Reinaldo Carneiro Tavares, do Excelentíssimo Senhor Deputado, Carlos Alberto Milhomem de Souza, da Excelentíssima Senhora Desembargadora, Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves e do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, respectivamente.

2. Os trabalhos técnicos de análise tomaram por base os dados contidos no Balanço Geral Consolidado, incluindo as informações extraídas do SIAFEM, dos Relatórios de Gestão Fiscal e de Execução Orçamentária, assim como informações de prestações de contas do Estado de exercícios anteriores.

3. Foi destacado pelo Grupo Técnico que a análise não incluiu as contas de gestão dos órgãos, entidades e fundos da Administração Direta e Indireta do Estado do Maranhão, por isso, não estão isentos os ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos, de eventuais responsabilidades que venham a ser apurados quando do exame das respectivas contas.

4. O Grupo de Trabalho Especial, designado através da **Portaria n° 361/2004** para realização da pertinente análise, após minucioso exame dos autos, emitiu o **Relatório de Informações Técnicas de fls. 60 a 151**, destacando os aspectos relevantes de natureza legal, contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional, conforme se verifica a seguir:

4.1. Do Poder Executivo

4.1.1. Do Limite de Gastos com Pessoal e Encargos

Considerando o valor da receita corrente líquida apurada no item 5.1.3 do Relatório Técnico, no valor de R\$ 2.453.242.035,18, verifica-se que, ao final do exercício de 2003, a despesa total de pessoal da Administração Direta e Indireta do Estado resultou no percentual de **57,73%**. Portanto, cumprindo o limite máximo de 60% fixado na Lei Complementar n° 101/2000.

4.1.2. Dos Limites para Amortização e Encargos da Dívida Consolidada

Em relação aos Limites para Amortização e Encargos da Dívida Consolidada, depreende-se que o Estado do Maranhão inobservou o limite estabelecido na Resolução do Senado Federal n.º 043/01 (RSF), que é de 11,5% sobre a Receita Corrente Líquida, posto que aplicou o percentual de **12,52%**.

Sobre o valor total da dívida, em decorrência da celebração de Contrato de Ajuste Fiscal, o limite para os dispêndios não se aplica às Operações de Crédito que, na data da publicação da Resolução, estavam previstas no Programa de Ajuste Fiscal, estabelecido nos termos de Lei Federal n.º 9.496/97, conforme mencionado no § 8º, art. 7º, da RSF.

4.1.3. Da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Art. 212 da Constituição Federal

Da análise realizada, considerando a despesa liquidada, concluiu-se que o valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino foi de R\$ 757.404.867,58, correspondendo a **30,41%** das receitas líquidas de impostos e transferências, cumprindo, portanto, o limite mínimo fixado no art. 212 da Constituição Federal que é de 25%.

4.1.4. Da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Constatou-se que o Estado do Maranhão aplicou no Ensino Fundamental o montante de R\$ 357.753.368,01 provenientes de recursos de impostos e transferências, que resulta em um percentual de **14,36%** do total dessas receitas, ficando abaixo do limite de 15%, em apenas 0,64% do previsto no art. 60 do ADCT.

4.1.5. FUNDEF

Do valor total recebido, de R\$ 166.653.761,49, foi liquidado R\$ 155.062.073,75, resultando uma diferença de R\$ 11.591.687,74. Assim, esta quantia remanescente do FUNDEF, deve ser integralmente executada no primeiro trimestre do exercício subsequente.

Quanto a aplicação mínima dos 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no ensino fundamental, face ao não detalhamento da execução da despesa com pessoal, ficou prejudicado a apuração pertinente.

4.1.6. Dos Gastos com a Saúde

Segundo o Demonstrativo da Vinculação com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Estado do Maranhão aplicou o valor de R\$ 242.988.668,79¹, que corresponde a **10,55%** das receitas líquidas de impostos e transferências, cumprindo, portanto, o limite mínimo 10% fixado para o exercício financeiro de 2003.

4.2. Dos Demais Poderes:

4.2.1. Da Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas

O Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, cumpriu o limite máximo da despesa de pessoal fixado no artigo 20, II, a, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que para o caso é de 3%. Sendo que a Assembléia Legislativa gastou **1,96%**, e o Tribunal de Contas **0,55%**, o que perfaz um total de **2,51%**.

4.2.2. Do Judiciário

O Poder Judiciário respeitou o limite de 6% com gastos de pessoal, fixado no artigo 20, II, b, da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o percentual alcançado no exercício de 2003 foi de apenas **4,58%**.

4.3. Do Ministério Público

O Ministério Público cumpriu o limite com gastos de pessoal que é de 2%, fixado no artigo 20, II, c, da Lei de Responsabilidade Fiscal, posto que gastou no exercício o percentual de **1,88%**.

5. Conclui ainda o Setor Técnico que as ressalvas constantes no relatório não afetam a consolidação das contas, onde estas refletem adequadamente a situação orçamentária, contábil, financeira e patrimonial do Estado do Maranhão, sem prejuízo da apreciação dos demais atos e fatos administrativos de responsabilidade de seus ordenadores de despesa e de outros responsáveis no período de 2003.

6. Submetidos os autos à Procuradoria de Justiça junto a este TCE, com vistas ao seu pronunciamento regimental, esta, na pessoa da Douta Procuradora, Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira, emitiu o **Parecer nº 1114/04**, fls. 153/155, do qual se extrai, *in verbis*:

“Da leitura do Relatório de Informações Técnicas de fls. 61 a 152, notadamente no que se refere ao tópico “Conclusões”, extraímos:

a) – que as contas de Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 2003, da responsabilidade do Governador, Sr. José Reinaldo Carneiro Tavares, refletem, adequadamente, sem prejuízo da apreciação dos atos e fatos administrativos praticados por diversos Ordenadores de Despesas e outros responsáveis, a situação orçamentária, contábil, financeira e administrativa do Estado;

b) – que a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, relativa ao mesmo exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Deputado, Sr. Carlos Alberto Milhomem, apresentou-se com falhas de natureza formal, tais como: não apresentação do Balanço Orçamentário, diferença de R\$ 504,27 entre o saldo contábil da conta ‘Estoques’ e o apurado no inventário e a ausência de disponibilidade financeira para ocorrer à liquidação, no exercício seguinte, da conta ‘Restos a Pagar’, situações essas por nós consideradas sem cunho de lesão ao Erário, já que as despesas realizadas no exercício se contiveram nos parâmetros legais estabelecidos;

c) – que a prestação de contas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, também relativas ao exercício financeiro de 2003, refletem uma adequada situação orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional, embora os Balanços Orçamentário e Financeiro tenham sido apresentados de forma incompleta. Tais situações, entretanto, na nossa ótica, não foram motivadoras de danos ao Erário, principalmente por que foram obedecidos todos os parâmetros legais estabelecidos;

d) – que a prestação de contas do Ministério Público do Estado do Maranhão, igualmente relativa ao exercício financeiro de 2003, também reflète uma adequada situação orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional, já que as correções contábeis sugeridas no relatório de informações técnicas são, meramente, de natureza formal, não ensejando danos ao Erário Público, principalmente por que foram respeitados todos os parâmetros legais relativos às despesas realizadas (fls. 151).

Diante do exposto, ocorre-nos sugerir a essa Egrégia Corte de Contas que:

1) – ordene a emissão de parecer prévio pela APROVAÇÃO das contas do Governo do Estado do Maranhão, sem prejuízo da

apreciação dos atos e fatos administrativos praticados por diversos Ordenadores de Despesas e outros responsáveis, a situação orçamentária, contábil, financeira e administrativa do Estado;

II) – ordene o julgamento REGULAR para as contas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

III) – ordene o julgamento REGULAR para as contas do Ministério Público do Estado do Maranhão;

IV) – ordene o julgamento REGULAR COM RESSALVAS para as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.”

É o que cabia relatar.

RAZÕES E PROJETO DE PARECER PRÉVIO

1. Respalado nos resultados dos trabalhos apresentados no Relatório de Informações Técnicas de fls. 60 a 151 (Proc. n° 7290/2004), bem como nos demais elementos contidos na presente prestação de contas consolidada, faz-se necessário destacar algumas considerações e recomendações sugeridas pelo Órgão Técnico sem prejuízo das demais ali contidas, a saber:

1.1. No tocante ao não-cumprimento do disposto no art. 7º, inciso II, da Resolução do Senado Federal n° 43/01, ressalta-se que Dívida Consolidada do Estado do Maranhão vem apresentando resultados semelhantes nos exercícios e gestões anteriores. Desta forma, se deve reconhecer as dificuldades da atual gestão no sentido do cumprimento pleno das disposições legais pertinentes aos limites para amortização e encargos da Dívida Consolidada do Estado.

1.2. Não obstante os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental não terem alcançado o percentual previsto para este seguimento, destaca-se, em favor do Gestor, a aplicação global com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que foi de **30,41%**, ou seja, **5,41%** acima da exigência constitucional;

1.3. Sobre a aplicação mínima dos 60% dos recursos do FUNDEF na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no ensino fundamental, face ao não detalhamento da execução da despesa com pessoal, ficou prejudicado a apuração pertinente. Assim, recomenda-se ao Governo do Estado, em exercício subseqüentes, que não só destaque as contas deste Fundo, em separado, como também discrimine o que foi gasto com a remuneração dos profissionais do magistério, dos demais gastos permitidos, de modo a viabilizar o efetivo acompanhamento dos percentuais previstos na Lei n° 9.424/96;

1.4. No que concerne ao detalhamento das contas do SIAFEM e extratos bancários, sem embargo das demais recomendações técnicas (fls. 145/147, Proc. n° 7290/04), é necessário que o Poder Executivo diligencie eficazmente no sentido de que não haja reincidência.

2. Em razão dos trabalhos técnicos de análise, não abrangerem as contas de gestão dos órgãos, entidades e fundos da Administração Direta e Indireta do Estado do Maranhão, bem como em razão da sua extensão, o parecer prévio a ser proferido por esta Corte de Contas, não exime os ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens, dinheiro e valores públicos, de eventuais responsabilidades que venham a ser apurados quando da apreciação e julgamento em separado

de competência privativa deste Tribunal de Contas, no desempenho de suas funções judicantes, previstas em Lei e seguindo normas específicas à matéria, em processos pertinentes ao exercício ora apreciado (2003).

3. Assim, guiado pelas informações técnicas trazidos pelo Grupo de Trabalho Especial, e adotando as recomendações por este elencadas às fls. 144 a 147 dos autos, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no cumprimento de sua função constitucional, deve emitir Parecer Prévio Favorável à aprovação das Contas Consolidadas do Estado do Maranhão, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público, isoladamente, relativas ao exercício financeiro de 2003, posto que representam adequadamente a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Estado do Maranhão em 31 de dezembro do mesmo ano.

4. Ante o exposto, acolhendo o que foi trazido aos autos pelo Relatório de Informação Técnica de fls. 60 a 152, e pelo Douto Ministério Público junto a este Tribunal, através do Parecer n.º 1114/04 (fls. 154/156), com fulcro, especialmente, no art. 51, I, da Constituição do Estado do Maranhão; art. 48, inciso I, da Lei n° 5.531, de 5 de novembro de 1992, modificada pela Lei n° 5.764, de 12 de agosto de 1993; arts. 56 e 57, da Lei Complementar n° 101/00; e art. 204 e seguintes, do Regimento Interno deste TCE, proponho e, desde já, **VOTO**, para que esta Corte de Contas emita **Parecer Prévio**:

I – favorável à **aprovação**, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Poder Executivo**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **José Reinaldo Carneiro Tavares**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

II – favorável à **aprovação** (com as devidas ressalvas feitas pelo Ministério Público), pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Poder Legislativo**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Deputado, **Carlos Alberto Milhomem de Souza**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

III – favorável à **aprovação**, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Poder Judiciário**, sob a responsabilidade da Excelentíssima Senhora Desembargadora, **Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

IV – favorável à **aprovação**, pela Assembléia Legislativa do Estado, das Contas do Chefe do **Ministério Público**, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, **Raimundo Nonato de Carvalho Filho**, referente ao exercício financeiro de **2003**;

V – determinando a publicação da presente Decisão no Diário da Justiça para que surtam os efeitos legais, principalmente em observância do princípio da publicidade esculpido no caput do art. 37 da Constituição Federal, após **encaminhe** os presentes autos (Processo n° 7290/2004-TCE), composto de 14 (catorze) volumes, à Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão para o competente julgamento a que aduz o art. 31, XI, da Constituição Estadual.

São Luís, 17 de junho de 2004.

EDMAR SERRA CUTRIM
Conselheiro Relator



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253
CEP.: 65010-908 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

JACIR DA SILVA MORAES
Secretário de Comunicação

HORÁRIO PARA ATENDIMENTO MÉDICO

MÉDICOS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Jorge Cateb (Coordenador)	Ginecologia/Clínica	Diariamente	08:30 às 13:00 horas
Célia Furtado Ribeiro	Clínica Médica	Segunda-Feira	15:00 às 18:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Segunda-Feira	15:00 às 17:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clínica	Segunda-Feira	13:00 às 15:00 horas
Rivo Sérgio de Brito (Chefe)	Clínica Médica	Terça-Feira	08:30 às 12:00 horas
Ibraim Almeida	Pneumologia	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Maria do Carmo Chagas	Ginecologia/Clínica	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Gilma Abreu Costa Pereira	Pediatria	Quinta-Feira	09:00 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Quinta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Izaías Amaral	Clínica Médica	Quinta-Feira	08:30 às 12:00 horas
Rubens Rotondo Júnior	Ortopedista/Acupuntura	Sexta-Feira	15:00 às 18:00 horas
Maria da Graça Anchieta	Ginecologia	Sexta-Feira	09:00 às 12:00 horas

DENTISTAS

Nome	Especialidade	Dia da Semana	Horário
Maurício Manso Correia	Dentista	Segunda-Feira	14:00 às 18:00 horas
Maria Irani de Jesus Santos	Dentista	Terça-Feira	08:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Terça-Feira	14:00 às 17:00 horas
Maria Edla C. P. Araújo	Dentista	Quarta-Feira	08:00 às 10:00 horas
Enedina Linhares Sales	Dentista	Quarta-Feira	10:00 às 13:00 horas
Jeane Carneiro Leda	Dentista	Quarta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Roseane Pessoa Lima	Dentista	Quinta-Feira	08:00 às 13:00 horas
Marília Barros Muniz	Dentista	Quinta-Feira	14:00 às 17:00 horas
Nemézio de Sá Sousa (Chefe)	Dentista	Sexta-Feira	08:00 às 13:00 horas

SÃO JOÃO

Pintura de Fábio Castejon Rezende

www.geocities.com/paichico/burrinha.html



VIVA SÃO JOÃO!!

No Maranhão, o bumba-meu-boi é muito mais que a mistura de ritmos e cores, que a beleza de versos e bailados, e a plasticidade de fantasias e adereços. É sobretudo viajar pelos caminhos da alma, seguir vãos imaginários no horizonte dos sonhos, fundir-se com a própria natureza etérea do universo.

Nonato Reis